MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária
Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária

Ata da REUNIÃO AMPLIADA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES
Brasília/DF, 14, 15 e 16 de maio de 2024

Aos quatorze dias do mês de maio de 2024, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, reuniu-se o plenário do Conselho Nacional de Economia Solidária -CNES, em reunião ampliada com convidados do movimento de economia solidária. Participaram da reunião, no **dia 14/05/2024,** o Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho; os conselheiros: Admirson Medeiros Ferro Júnior, pela Agência de Desenvolvimento Solidário, da Central Única dos Trabalhadores - ADS/CUT; Marcela Vieira Gonçalves, pela Cáritas Brasileira; Sandro Benedito Sguarezi, pela Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO; Alfredo Jairo dos Santos, pela Rede de Gestores de Políticas de Fomento à Economia Solidária; Guicelma de Macedo, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Ana Caroline Carmo da Silva, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Maria Helena Mendes Pinheiro, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Carlos Alencastro Cavalcanti, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Celecina Rodrigues dos Santos, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Tatiane Nascimento Conceição Valente, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária-FBES; Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Abilene Pereira de Brito, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Elza Santiago, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Kristiany Mariely Bender, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Rosemary Gomes, pelo Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário - Faces do Brasil; Vicente Raimundo de Almeida Neves, pelo Grupo de Trabalho da Amazônia; Zander Soares de Navarro, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária; Fábio Henrique Ibiapina Gomes, pelo Ministério da Educação; Cesar dos Santos, pelo Ministério da Pesca e Aquicultura; Claudia Lucia Soares de Oliveira, pelo Ministério das Cidades; Alexandro Cardoso, pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR; Daniel de Santos Seidel, pela Pastoral Social da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Bianca A. Lima Costa, pela Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs; Arildo Mota Lopes, pela União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL; Maíra Lima Figueira, pela União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES; Fernando Zamban, pela SENAES; Claudia Lucia Soares de Oliveira, pelo Ministério das Cidades; Dora Sugimoto, pela Secretaria Geral da Presidência da República; Juliana Cristina da Silva Santos pelo Ministério da Fazenda; Eduardo Pagot, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Adalberto Felício Maluf Filho, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Dayvid Souza Santos, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Kristiany Mariely Bender, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Flávio Schuch, pela Secretaria Geral da Presidência da República; Flávia Dias, MTE; Antonia Vanderlucia Simplício de Oliveira, da SENAES; Renata Pinho Studart Gomes, da SENAES; Ary Moraes, da SENAES; Renata Braz, da SENAES; Marta Fulcar, da SENAES; Rogério Antônio Mauro, convidado; Fábio Henrique Ibiapina Gomes, convidado; Natália Tavares de Azevedo, convidado; Luiz Paulo Bastos da Silva, convidado; Aparecido Alves de Sousa, convidado; Walmir Mendes Dettmann, convidado; Maria Lúcia Balbino da Silva, convidado; Adenilce Maria de Araújo Silva, convidado; Andrea Chistianne da Silva Mendes, convidado; Edna Maria Coelho Carvalho, convidado; Luis Carrazza, convidado; Luiz Carlos Floriani Peterson Prates, convidado; Adalberon Nonato Sá Júnior/ convidado; Aline Oliveira e Riera, convidado; Anatalina Lourenco da Silva, convidado; Cosme Arisvaldo Leal do Nascimento, convidado; Davidson Magalhães/ convidado; Deputado Carlos Veras, convidado; Diogo Ferreira de Almeida Rêgo, convidado; Egeu Gomez Esteves, convidado; Felipe Addor, convidado; Flávia Lucianita da Silva Dias, convidado; Francisca Eliane de Lima, convidado; Haroldo Mendonça, convidado; José Maurício de Faria Ferraz, convidado; José Waldir de Sousa Costa , convidado Leonora Michelin Laboissière

Mol, convidado; Lidiane Freire de Jesus, convidado Mara Ketlen de Castro; Marcio Pochmann, convidado; Maria Cristina Bove Roletti, convidado; Marivaldo do Vale Silva, convidado; Paulo Frederico Petersen, convidado; Renan Ridley de Almeida Sousa, convidado; Mariana Girotto, convidado; Rosangela Alves Bolte, convidado;Sergio Mariani, convidado. **ABERTURA**: A Mestre de cerimonia saudou a todos e convidou para compor a mesa de abertura: o Presidente da Frente Parlamentar de Economia Solidária da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Carlos Veras, o Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária e Conselheiro, Gilberto Carvalho, a conselheira Maíra Lima Figueira, representante da União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária- UNICAFES, o Secretário de Participação Social, da Secretaria-Geral da Presidência da República, Valmor Schiochet, o representante da Secretária de Abastecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Eduardo Pagot. Logo após pontuou que, antes dos pronunciamentos, num gesto de solidariedade com os nossos irmãos do Rio Grande do Sul, especialmente nossos companheiros e companheiras, Geni Rosângela, José Alex e Nelsa Inês, que não puderam vir a nosso encontro por causa dos desastres que assolaram aquele estado, convidamos a todos a fazermos um minuto de silêncio em solidariedade eles. Seguidamente a **Sra. Alzira Josefa** leu um texo do Secretário Gilberto Carvalho: "Solidários na dor e nas perdas. Dedicação aos companheiros que já foram aqui mencionados, Nelsa, Geni e outras tantos, como por exemplo o MST que perdeu toda a sua produção em abastecimento e em plantação. Solidários nas dores e nas perdas. A tragédia que atingiu nossos irmãos (as) gaúchos (as) não pode deixar ninguém indiferente. É incalculável a dor das perdas de vidas, sobretudo, mas também, das perdas materiais que, na verdade, vão muito além do aspecto material. A perda do lar, dos bens afetivos, das referências essenciais. Uma tragédia que tem origem na falta de planejamento e prevenção e no modelo de desenvolvimento e ocupação do território. Está presente com a desconstrução da vida e tem, infelizmente, futuro, porque os extremos climáticos vão continuar acontecendo até que tomemos atitudes claras e definitivas de uma nova relação com o planeta. Importante neste momento em que as águas comecem a ceder, é juntar forças com a generosidade e criatividade para a reconstrução da vida das pessoas, dos seus bens, de suas comunidades. É importante que a economia solidária se faça presente neste momento, buscando todas as formas possíveis de colaboração e participação ativa nos esforços de reconstrução e retomada das medidas e políticas para que essa triste repercussão não ocorra e nem se perpetue. Uma fatalidade insuperável, juntamente com as formas de apoio mobilizadas de forma muito pronta pelo governo federal. Nossa atuação, como sociedade civil, é imprescindível neste momento, construindo alternativas, denunciando, fiscalizando e tomando iniciativas de reconstrução solidária da vida de nossos irmãos gaúchos". Em seguida houve a abertura do evento com as músicas do Nando Planalto, artista de Brasília, com a participação da escola infantil Beija-flor. Foi concedida a palavra ao **Deputado Carlos Veras** que manifestou alegria em estar participando do encontro do Conselho Nacional de Economia Solidária, pois já atua neste segmento de economia solidária desde os 16 anos. Informou que uma frente parlamentar é muito importante para os projetos de economia solidária e que o projeto de lei 6606 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sendo necessário que o líder do governo, juntamente com os aliados, solicite um requerimento de urgência para a aprovação final. E falou também da importância de um orçamento maior para que se consiga fazer efetivamente uma política de economia solidária atuante. Dada a palavra ao **Sr. Eduardo Pagot**, que manifestou satisfação em participar doessa reunião do Conselho, principalmente neste momento em que a palavra solidariedade, tem tanta importância para o contexto que o seu estado Rio Grande do Sul está vivendo. Comunicou a todos que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) está construindo uma agenda com os movimentos sociais no Rio Grande do Sul para alinhar e construir as políticas públicas visando priorizar as demandas mais urgentes do Estado. Em seguida, foi convidado a falar o **Sr. Valmor Schiochet,** que falou da importância desse diálogo entre as organizações da sociedade civil e o governo. Enfatizou que o debate que acontece nas conferências é fundamental para a

construção das políticas públicas de forma democrática. O Secretário **Gilberto Carvalho** agradeceu a todos os presentes na mesa e pediu o acolhimento do Sr. Davison Magalhaes, Secretário do Trabalho da Bahia e Coordenador do Comitê de Economia solidária do Consórcio Nordeste e do Chicão do MST. Enfatizou que a reunião foi convocada para orientar os passos da Conferência Nacional, mas principalmente para a orientação clara para as conferências municipais, e para a revisão do Plano Nacional de Economia Solidaria. Informou, ainda, que vamos ter uma sessão no parlamento para discutir as finanças solidárias e que na quinta feira teremos a presença de vários ministérios para dialogar sobre ação conjunta da economia solidaria, uma vez que ela não se restringe à Senaes, mas está espalhada pelo conjunto do governo. Acolheu a todos os movimentos presentes e chamou o Presidente do IBGE, Márcio Pochmann, para fazer a análise de conjecturas sobre a economia solidária. O **professor Márcio Pochmann,** abordou a economia solidária e a necessidade de incluir essa abordagem no modelo de desenvolvimento do país. Foram levantadas questões sobre o resgate da indústria, a produção agrícola focada no agronegócio e a informalização do mercado de trabalho. Foi enfatizada a importância de um desenvolvimento sustentável que respeite os direitos humanos e o meio ambiente (Vide transcrição anexa).Em seguida, o **Sr. Fernando Zamban**, Diretor do Departamento de Parcerias e Fomento, da Senaes, explicou os três grandes objetivos do encontro e a programação dos três dias. Objetivos: 1. Revisão do Plano Nacional de Economia Solidária. 2. Incidência parlamentar e audiência pública sobre finanças solidárias. 3. Diálogo com outros ministérios para integração de políticas. Detalhou, em seguida, a programação da reunião: Primeiro dia: Análise de conjuntura e revisão do Plano Nacional de Economia Solidária; segundo dia: discussão sobre a 4ª Conferência Nacional, mobilização das conferências locais e Audiência Pública sobre moedas sociais; terceiro e último dia: reunião com ministérios que tem interação com a política de Economia Solidária: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Ministério de Igualdade Racial (MIR), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério da Aquicultura e Pesca (MAP), Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério das Cidades (MCid), Ministério das Mulheres (MMULHERES), Ministério dos Direitos Humanos (MDH), Ministério da Educação (MEC),Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços (MDIC) Ministério da Cultura (MinC) e Secretária-Geral da Presidência da República. Esclareceu que todo o rito da Conferência anterior produziu subsídios que foram para o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e o conselho foi responsável pela elaboração do Plano Nacional de Economia Solidária, e que o processo será o mesmo para a 4ª Conferência Nacional de Economia Solidária. As etapas locais, estaduais, temáticas e nacional vão debater e oferecer subsídios para o CNES, que fará a elaboração do Plano que terá um ciclo quadrienal. Afirmou que, no contexto, quem participou da terceira Conferência Nacional, em qualquer etapa, vai lembrar que foi utilizada a matriz FOFA (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças). E esse contexto reflete o resultado de um debate que ocorreu durante a Conferência sobre as oportunidades da economia solidária, ameaças, forças e fraquezas. E que, evidentemente, esse pedaço do contexto está num outro lugar hoje. Esse outro lugar tem desafios, tem oportunidades e precisa ser atualizado. Relembrou a visão de futuro da economia solidária, que é ser reconhecida social e politicamente como parte de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, incluída num ambiente institucional adequado à legalização, ao financiamento, à participação nos mercados e ao acesso às políticas públicas, possibilitando a efetiva promoção da organização coletiva, autogestionária de trabalhadores e trabalhadoras, sua proteção social e a melhoria da qualidade de vida. Explicou que as metas que foram assumidas no Conselho, deveriam orientar a política pública não só da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, mas do Governo Federal como um todo. Essas metas que não puderam ser implementadas precisam ser revistas. Trazendo para esse momento atual, as metas eram as seguintes: apoiar 20 mil empreendimentos com a estruturação da produção,

socialização e consumo; 4 mil Empreendimentos organizados em redes de cooperação solidária; fomentar a participação de 80 mil mulheres em empreendimentos econômicos solidários; fomentar 300 empreendimentos formados majoritariamente por jovens; fomentar e fortalecer mil organizações de catadores; fomentar empreendimento econômicos solidários e cooperativas sociais para 10 mil pessoas em desvantagem social; fomentar 2 mil iniciativas de finanças solidárias; promover a formação em economia solidária para 200 mil pessoas; implantar o sistema público da economia solidária. Essas metas estão no Projeto de Lei da economia solidária como a estruturação principal. A parte programática do plano será executada da seguinte maneira. A revisão do plano, nossa tarefa deste primeiro dia, será feita em grupos temáticos. De acordo com as diretrizes gerais do plano, a primeira diretriz é a promoção de desenvolvimento sustentável e solidário. Tem um texto, inclusive, no plano, que aprofunda o que significa para a economia solidária promover o desenvolvimento sustentável e solidário. A segunda diretriz é o fortalecimento dos processos democráticos da participação e do controle social, que é uma demanda latente não só da economia solidária, mas da sociedade como um todo. A terceira diretriz é o reconhecimento das formas organizativas econômicas solidárias e dos direitos sociais do trabalho associado. E a quarta diretriz do plano é a abordagem territorial e setorial e o reconhecimento da diversidade, entendendo que território é o lugar das construções de identidade dos sujeitos da economia solidária e a abordagem setorial tem a organização de redes, cadeias, arranjos produtivos, como uma forma de verticalização da estrutura de economia solidária. Finalizou informando que a vida da economia solidária acontece nesses 4 eixos: 1. Produção, comercialização e consumo 2. Financiamento, crédito e finanças solidárias, 3. Educação e autogestão, 4. Ambiente institucional. Na sequência a Sra. **Vanderlúcia,** Coordenadora-Geral de Projetos, da Senaes, deu espaço para todos os presentes se apresentarem e coordenou a divisão dos participantes em grupos temáticos, disponibilizando um tempo para cada grupo realizar um debate sobre sua temática. No **segundo dia de reunião, 15/05/2024,** estavam presentes os conselheiros: Admirson Medeiros Ferro Júnior, pela Agência de Desenvolvimento Solidário, da Central Única dos Trabalhadores - ADS/CUT; Marcela Vieira Gonçalves, pela Cáritas Brasileira; Sandro Benedito Sguarezi, pela Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO; Alfredo Jairo dos Santos, pela Rede de Gestores de Políticas de Fomento à Economia Solidária; Guicelma de Macedo, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Ana Caroline Carmo da Silva, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Maria Helena Mendes Pinheiro, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Carlos Alencastro Cavalcanti, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Celecina Rodrigues dos Santos, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Tatiane Nascimento Conceição Valente, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária-FBES; Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Abilene Pereira de Brito, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Elza Santiago, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Kristiany Mariely Bender, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Rosemary Gomes, pelo Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário - Faces do Brasil; Vicente Raimundo de Almeida Neves, pelo Grupo de Trabalho da Amazônia; Zander Soares de Navarro, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária; Fábio Henrique Ibiapina Gomes, pelo Ministério da Educação; Cesar dos Santos, pelo Ministério da Aquicultura e Pesca; Claudia Lucia Soares de Oliveira, pelo Ministério das Cidades; Alexandro Cardoso, pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR; Daniel de Santos Seidel, pela Pastoral Social da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Bianca A. Lima Costa, pela Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs; Arildo Mota Lopes, pela União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL; Maíra Lima Figueira, pela União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES; Fernando Zamban, da SENAES; Claudia Lucia Soares de Oliveira, pelo Ministério das Cidades; Dora Sugimoto, pela Secretaria-Geral

da Presidência da República; Juliana Cristina da Silva Santos, pelo Ministério da Fazenda; Eduardo Pagot, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Adalberto Felício Maluf Filho, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Dayvid Souza Santos, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Kristiany Mariely Bender, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Flávio Schuch, pela Secretaria-Geral da Presidência da República; Rogério Antônio Mauro; Fábio Henrique Ibiapina Gomes, convidado; Natália Tavares de Azevedo, convidado; Luiz Paulo Bastos da Silva, convidado; Aparecido Alves de Sousa, convidado; Walmir Mendes Dettmann, convidado; Maria Lúcia Balbino da Silva, convidado; Adenilce Maria de Araújo Silva, convidado; Andrea Chistianne da Silva Mendes, convidado; Edna Maria Coelho Carvalho, convidado; Luis Carrazza, convidado; Luiz Carlos Floriani Peterson Prates, convidado; Vera Denise Santana ; Cleide Lopes; Maria Adriana Alves Dantas; Carlos Grana; Érika Muniz; Lucas Guerrieri; Rizoneide Souza Amorim; Wonder José; Raquel Maria Costa; Pedro Del Castro; Evily Maria Pereira da Silva; Tatiane M Pimentel; Claudete Costa, convidado;Elisabete Ramos Santos, convidado; Francisco Dalchiavot; Barbara Schimidt Rahmer; Domingas Sofia P Santos; Érika F Braga; Antonio Cardoso; Sergio Jerim; Carlino Lima; Eloisio Lopes Junior; Mariana Aguiar da Silva; Amanda Aguiar; Simone Ambraão; José Guilherme F Alves; Caio Cesar Santos; José Paulo Firmino; Maria Moderno ; Neide Silva Castro; Humberto Gusmão; Vital, convidado Filho; Mateus Mendonça, convidado;Alberto Correia, convidado; Roberta Bastos, convidado; Bruno Mauro; Rogerio Dias ; Marcos dos Santos; Roberto Moura; Armênio Da Costa Britto; Selane Batista; Paulo Oliveira, convidado. **Iniciando o segundo dia da reunião, a Mestre de cerimonia** declarou aberta a reunião, cumprimentando os presentes e convidou a **Sra. Vanderlúcia** para coordenar a continuidade do encontro. Vanderlúcia convidou os relatores dos grupos formados no dia anterior para lerem o que foi discutido no grupo. **Principais Pontos da Discussão do grupo 1: Produção, comercialização e consumo:** Foi enfatizada a importância de atualizar a visão de futuro, incorporando temas como segurança alimentar e redução da pobreza, questões que não estavam tão presentes quando o plano foi originalmente elaborado. Discutiu-se a necessidade de definir um "sistema de desenvolvimento sustentável, justo, solidário, democrático", em vez de um novo modelo de desenvolvimento. Incorporar discussões sobre pobreza, fome, degradação ambiental e crise climática nas diretrizes. A importância de fazer a economia solidária crescer a partir da associação com a economia popular. Incluir conselhos e fóruns no debate. Atualizar a abordagem de propriedade coletiva e gestão compartilhada para focar mais no controle e uso dos meios de produção, em vez de apenas na propriedade. O texto sobre trabalho associado precisa ser atualizado à luz da Lei nº 2.690 (Lei das Cooperativas de Trabalho). Necessidade de legislar sobre o trabalho associado fora do âmbito das cooperativas. A definição de metas depende de diagnósticos, mapeamentos e orçamentos atualizados, já que a última imagem da economia solidária é de 2016. Discussão sobre a importância do CADSOL (Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários), uma das principais sugestões do grupo é a implantação e o funcionamento do CADSOL, necessário para a implantação das políticas públicas. Em relação às diretrizes, se levantou a necessidade de separar claramente a discussão sobre economia solidária relacionada a mulheres e jovens. Promover a integração dos empreendimentos de economia solidária com políticas de apoio, redes de cooperação e cadeias produtivas. Fortalecer a política de intercooperação entre atividades rurais e urbanas e a criação de um sistema de consumo que promova o intercâmbio entre produtores e consumidores. Monitorar e cumprir leis relacionadas à economia solidária. Fomentar plataformas de *e-commerce* para artesanato. Incidir na elaboração de normativas e leis municipais e estaduais que facilitem compras públicas da economia solidária. Estimular o artesanato e criar redes de produção e consumo entre comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas. Fomentar o trabalho das mulheres em todas as áreas, priorizando empreendimentos familiares e atividades domésticas. A discussão foi rica e detalhada, mas devido ao tempo, algumas partes foram abordadas mais brevemente, com a promessa de futuras revisões e sistematizações das sugestões. **Principais Pontos da Discussão do grupo 2:**

Financiamento, Crédito e Finanças Solidárias. Diagnóstico e Contextualização: o grupo recomendou que o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) realize um novo diagnóstico, substituindo o de 2014, devido às significativas mudanças econômicas, políticas e sociais dos últimos 10 anos, além dos impactos da pandemia e avanços tecnológicos. Destacou-se a necessidade de considerar a evolução digital, exemplificando com a transformação ocorrida desde 2014 (por exemplo, o surgimento de *fintechs* como *Nubank*). Sublinhou-se a importância de discutir políticas a partir das bases, enfatizando a criação da Frente Parlamentar da Economia Solidária, inexistente em 2014. Proposta de criação de um sistema que aglutine todas as organizações sem fins lucrativos atuando com crédito, como bancos comunitários e cooperativas de crédito solidário. Necessidade de promover o uso de plataformas e aplicativos digitais no setor financeiro solidário. Uso de moedas sociais para pagamento de benefícios, especialmente em assistência social, através de bancos comunitários. Proposta de criar fundos específicos ou facilitar o acesso a fundos existentes (como o FAT) para fomentar o sistema de finanças solidárias. Criação de linhas de crédito com prazos adequados e juros subsidiados para modernização das organizações financeiras sem fins lucrativos. Implementação de programas de educação financeira para disseminar o conceito e importância das finanças inclusivas e solidárias. Realização de diagnóstico das necessidades da economia solidária para criar produtos financeiros específicos para o setor. Revisar estratégias e prazos de implantação do Segundo Plano Nacional de Economia Solidária. Considerar uma audiência com o Ministro Fernando Haddad para buscar apoio e agilizar mudanças. Fortalecimento da Senaes, especialmente em relação à dotação orçamentária. Conhecer e disseminar projetos exitosos voltados a jovens, mulheres, afrodescendentes, população de rua, entre outros. Criar grupos de acompanhamento para a execução do novo plano por eixos. Gerar um documento com definição de prioridades do setor, focando em situações de maior impacto. Atualização do mapeamento e fortalecimento da Rede Nacional de Fundos Rotativos Solidários, destacando sua importância e visibilidade nos territórios. **Principais Pontos da Discussão do grupo 3: Educação e Autogestão** Foi enfatizada a necessidade de incluir a educação popular como resposta pedagógica à economia solidária, alinhada com a perspectiva freiriana (Paulo Freire). A reunião referenciou a conferência temática de 2014, ressaltando a importância de continuar o trabalho baseado em suas contribuições. Proposta de constituir uma política nacional de educação em economia solidária com estrutura, instrumentos e financiamento adequados, abrangendo as necessidades dos diferentes sujeitos do trabalho associado e movimentos relacionados. Organizar e orientar projetos pedagógicos em economia solidária para ações educativas, respeitando a diversidade cultural e integrando educadores na cidade, no campo e entre povos tradicionais. Garantir ações permanentes e contextualizadas de formação para empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos e entidades de assessoria, considerando a organização da produção, comercialização e consumo solidário. Integrar a economia solidária no sistema de educação brasileiro, abrangendo educação superior, profissionalizante, de jovens e adultos, infantil e básica. Garantir no âmbito de todos os processos de educação em economia solidária, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, conforme estabelecido na Lei nº 10.639-2003. Cumprir o artigo 41 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996, que define que o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e de certificação para o prosseguimento ou conclusão de estudos. Promover a formação e desenvolvimento de tecnologias sociais, respeitando conhecimentos ancestrais e incluindo a digitalização dos trabalhadores da economia solidária. Considerar as necessidades de diferentes públicos, como populações indígenas, quilombolas, juventude, mulheres, LGBTQIA+, e pessoas com deficiência ou transtornos mentais. Promover ações que fortaleçam a identidade grupal e a autogestão dos empreendimentos, partindo da realidade local. Criar e implementar uma política pública de comunicação distinta, destacando sua importância e especificidades. Linhas de Ação: Constituir um comitê gestor das políticas públicas de educação, ajustando os processos pedagógicos, conforme as mudanças de contexto.

Implementar políticas nacionais de economia solidária com apoio de incubadoras e instrumentos adequados. Estimular a inserção da economia solidária em programas de pós-graduação e financiar projetos e bolsas. Reestruturar a rede de centros de formação e apoio, garantindo recursos para ações de formação nos estados e regiões. Apoiar a inclusão digital e o desenvolvimento de *software* livre para gestão dos empreendimentos de economia solidária. Formar agentes populares de economia solidária territorial e incluir trabalhadores de plataformas em formações tecno-políticas. Destacar a comunicação como um eixo separado pela sua relevância, desenvolvendo suas linhas de ação de forma integrada, mas distinta da educação e autogestão. Enfatizou-se a necessidade de políticas estruturantes para apoiar essa população. A reunião destacou a importância de uma política educacional sólida e inclusiva, que responda às necessidades diversificadas dos diferentes grupos envolvidos na economia solidária, promovendo inovação, inclusão digital e formação contínua. Fortalecimento do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, PRONINC, com financiamento e apoio técnico científico para os empreendimentos de economia solidária com base na realidade de cada território garantida por meio de uma política pública de Estado que garanta a perenidade das ações. Sugeriu-se a criação de capacitações específicas para a população em situação de rua, visando apoiar sua superação através do trabalho e economia solidária. **Principais Pontos da Discussão do grupo 4: Ambiente Institucional.** Reformulação da redação para tornar a linguagem mais afirmativa. Instituir ambiente jurídico-institucional da economia solidária que contemple a Ecosol nos programas de incentivo e isenções do governo federal. Incluir a Ecosol no debate da transição justa da OIT (Organização Internacional do Trabalho), solicitar para frente parlamentar uma atualização da situação da legislação do marco legal. Debater a criação de um sistema único ou sistemas temáticos específicos para finanças, comércio justo, formação, entre outros. Acompanhar propostas no Congresso Nacional relacionadas à economia solidária. Fortalecer o CTT Calamidades vinculado à Secretária-Geral da Presidência da República. Criação de um comitê interministerial, urgente, para articulação das políticas de economia solidária. Incluir mapeamento, formação e fomento a empreendimento rurais. Incluir economia solidária nos programas de comunicação do governo federal. Elaborar um programa de comunicação, junto a SECOM, EBC, para criação de um programa nacional de fomento, do cooperativismo social, que garante a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade nas áreas rurais e urbanas. Inclusão da sociedade civil na gestão dos centros públicos de economia solidária. Diversificação de fontes de financiamento, incluindo bancos comunitários e moedas sociais. Atualização do marco legal do cooperativismo e das empresas recuperadas por trabalhadores. Articulação com a política de transição justa da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Criação de conselhos deliberativos de economia solidária com paridade entre governo e sociedade civil. Fortalecimento do grupo de emergência já existente na Secretária-Geral da Presidência da República para lidar com desastres ambientais. Implementação de programas nacionais para fomento e apoio a cooperativas sociais. Corrigir o Projeto de Lei nacional nº 6606, que fala de acesso aos recursos dos *royalties*, porque já existem outros recursos que podem ser acessados além dos *royalties*. Estímulo à criação de conselhos de economia solidária com participação majoritária de empreendimentos. Criação de um cadastro ou registro específico para trabalhadores da economia solidária, garantindo acesso a direitos trabalhistas. Monitoramento contínuo das mudanças legislativas relacionadas à economia solidária. Reforçar a articulação das políticas de economia solidária para evitar fragmentação. Proposta de formação de grupos de trabalho ou câmaras técnicas para acompanhar as mudanças legislativas e avaliar novas propostas dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária. Mudar a terminologia para campo e cidade em todo o documento. **Sr. Diogo** da rede Fecosol levantou algumas questões: é essencial que a reforma tributária em trâmite no Congresso considere as especificidades e necessidades dos empreendimentos de economia solidária. É necessário um diálogo contínuo e estruturado entre os formuladores da reforma e os representantes da economia solidária. A sugestão de criar um grupo de trabalho específico para tratar da

interação da economia solidária com a reforma tributária é fundamental. Propor mecanismos tributários específicos que beneficiem a economia solidária. Avaliar a viabilidade e impactos de programas como o *cashback*, que já demonstraram ser eficientes em outros países. Explorar alternativas ao Simples Nacional que possam oferecer benefícios semelhantes ou melhores para os empreendimentos solidários. Embora atualmente o Simples Nacional não esteja sendo diretamente alterado, as críticas ao modelo e as discussões sobre alternativas mais eficientes e menos onerosas, como o *cashback*, indicam a necessidade de estar preparado para possíveis mudanças futuras. Além das leis, os decretos e portarias, como a do PRONINC, são ferramentas poderosas para institucionalizar e apoiar iniciativas de economia solidária. Mesmo com a inoperância do conselho do PRONINC, a portaria ainda oferece um respaldo jurídico e administrativo crucial. Os Institutos Federais (IFs) e Universidades Federais têm um papel vital na assessoria técnica aos empreendimentos de economia solidária. A capilaridade dessas instituições e a disponibilidade de estudantes e servidores sensibilizados para a causa são recursos que podem ser mais bem aproveitados para promover extensão e pesquisa aplicada diretamente aos empreendimentos solidários, oferecer consultoria técnica e administrativa de baixo custo, facilitar a formação continuada e a capacitação dos empreendedores solidários. Articulação Institucional: fortalecer a rede FECOSOL e outras redes de apoio dentro dos institutos e universidades para criar programas e projetos específicos de apoio à economia solidária; participar ativamente das audiências públicas e debates sobre a reforma tributária, apresentando propostas concretas e dados sobre a importância da economia solidária; estabelecer parcerias com órgãos governamentais, ONGs, e o setor privado para desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios enfrentados pelos empreendimentos solidários. **Sr. Marcelo** sugere incluir povos das florestas e das águas na discussão além de campo e cidade. Informa que estão trabalhando com comunidades de pescadores para se cadastrarem no CADSOL, mas precisamos que esse cadastro dê acesso a todas as políticas públicas relevantes, e que todos os cadastros federais facilitem o acesso a essas políticas. A discussão interministerial deve pensar em formas legais para unificar esses cadastros**. Sra. Rosa** (Cáritas Brasileira) comentou a participação dos institutos federais que é fundamental, mas precisamos oficializar feiras de economia solidária dentro desses institutos. Também devemos criar um fundo com recursos provenientes de multas ambientais para financiar políticas de economia solidária, alinhando sustentabilidade e justiça econômica. **Sr. Valdir** (Rede Brasileira de Sementes) levantou a necessidade de discutir a inclusão de diretrizes claras para identificar verdadeiros empreendimentos de economia solidária. Além disso, devemos ampliar a compreensão sobre diferentes tipos de fundos, como fundos rotativos solidários e rotativos em geral, para incluir todas as formas de financiamento solidário. **Sra. Bianca** sugeriu que devemos pensar em estratégias coletivas para articular a economia solidária com outras políticas públicas. Precisamos utilizar a inteligência coletiva para fortalecer essa articulação e evitar fragmentações. As incubadoras têm um papel crucial e devemos aproveitá-las para reforçar nossa presença em diferentes setores**. Sra. Raiane** (Incubadora Mumbuca Futuro) propôs que precisamos incluir a juventude nos debates sobre economia solidária, integrando essa temática nas escolas municipais e no ensino médio. Isso é essencial para criar uma economia de prosperidade e preparar os jovens para futuros empreendimento solidários. Tomando a palavra a **Sra. Vanderlúcia** convidou os companheiros do Rio Grande do Sul, para fazer um relato sobre o momento triste que estão vivendo devido a tragédia climática que assolou o estado (esta participação especial foi feita por videoconferência). **Sr. José Carlos (Zeca),** Coordenador do Projeto Esperança destacou seu papel na coordenação do Projeto Esperança com Esperança. Agradeceu a presença de todos e explicou que o objetivo da reunião era discutir as ações atuais do projeto e a organização da Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop). Informou que Santa Maria não foi tão severamente atingida pelas recentes destruições, mas há problemas significativos de infraestrutura, especialmente nas estradas. Destacou as parcerias com o grupo Gerasol da AFSM, coletivo Panela do Bem, voluntários, grupos de economia solidária e Cáritas. O projeto

tem sido um ponto de arrecadação de alimentos não perecíveis, roupas e outros utensílios. A cozinha do projeto, coordenada pelo Panela do Bem, está produzindo cerca de 300 refeições diárias para moradores em situação de rua. Foi criada uma rede de distribuição de alimentos em parceria com a universidade e o curso de geografia. Reconheceu os custos envolvidos, como água, luz e gás, mas afirmou que o projeto está conseguindo manter suas atividades. Esclareceu que a Feiccop está marcada para os dias 12, 13 e 14 de julho, com o tema "Construindo a Sociedade do Bem Viver por uma ética planetária". E que haverá uma reunião na próxima semana com os promotores da Feiccop para discutir o andamento do evento, incluindo a Prefeitura de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria e Instituto Farroupilha. Receberam muitas inscrições de várias partes do Brasil, incluindo Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Informou que o orçamento da Feiccop inclui recursos da Prefeitura, emendas parlamentares e projetos em desenvolvimento com o MDA. A preocupação atual é decidir se mantem o evento no formato planejado ou reduz suas atividades devido à situação do estado e do país. Agradeceu a presença e as contribuições de todos. Enfatizou a importância da solidariedade e cooperação para enfrentar os desafios atuais. Reafirmou o compromisso do Projeto Esperança em continuar suas ações de apoio à comunidade. **Sra. Christiane Miranda**, Representante da Associação Fragete, informa que Pelotas foi severamente atingida pelas enchentes, especialmente nas áreas de pescadores, como a Colônia Z3 e a praia do Laranjal. A Associação Fragete mobilizou recursos e doações para ajudar famílias desalojadas, principalmente pescadores. Destacou dificuldades na distribuição de insumos e montagem de cestas básicas. Os catadores estão enfrentando problemas devido à falta de comercialização dos resíduos. **Sra. Maribel Calfo**, do Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária, apresentou dados preliminares sobre a situação dos empreendimentos de economia solidária no estado: 53% não possuem sede própria. 67% atuam no setor de artesanato. 87% são empreendimentos urbanos. Informou que muitos empreendimentos perderam insumos e maquinário. Enfatizou a necessidade de uma renda básica mínima e políticas públicas para apoiar a reconstrução dos empreendimentos e que o governo federal que interrompa a sessão de uso que foi dado ou a permissão que foi dada ao governo do Rio Grande do Sul de expor sozinho da destinação do cais Mauá. **Sr. Sérgio** (Instituto Federal) foi chamado para falar sobre a Rede IF Ecosol e entregar um documento ao secretário Gilberto Carvalho. Esse documento contém propostas para apoiar a reconstrução solidária do Rio Grande do Sul, especialmente em parceria com os Institutos Federais. Foi destacada a importância das ações de economia solidária e a atuação dos Institutos Federais em projetos de extensão e pesquisa. Sérgio explicou que a Rede IF Ecosol é composta por servidores dos Institutos Federais de todo o Brasil que trabalham com economia solidária em projetos de extensão, pesquisa e incubadoras. Foram destacados os três Institutos Federais do Rio Grande do Sul (IF Sul, IFE RS e IF Farroupilha) e a parceria com o Fórum Gaúcho de Economia Solidária na criação de uma carta com propostas de articulação para a reconstrução solidária do estado. A carta foi construída em parceria com o Fórum Gaúcho de Economia Solidária e apresenta diversas possibilidades de apoio através de projetos de extensão. Foi discutido o impacto das perdas nas populações do Rio Grande do Sul, especialmente nas mais vulneráveis, e a necessidade de ações estruturantes de economia solidária para ajudar na recuperação dessas comunidades. **Gilberto Carvalho** agradeceu a oportunidade de colaboração e ressaltou a importância das políticas públicas e das ações solidárias para promover o desenvolvimento e a autonomia dessas populações. Um projeto de frentes de trabalho coordenadas por cooperativas, principalmente de catadores, foi apresentado ao ministro Luiz Marinho. O projeto, focado no sul do país, foi inicialmente aceito pelo Ministro, que defendeu seu orçamento em uma reunião ministerial. No entanto, o orçamento não foi aprovado devido a um mal-entendido sobre a alocação de fundos, com a justificativa de que a organização deveria ser responsabilidade do governo estadual. **Gilberto Carvalho propôs que o conselho escrevesse uma carta diretamente ao presidente Lula, recomendando o projeto**. Houve um relato sobre uma reunião do Conselho Interministerial

de Resíduos Sólidos (CIISC), que contou com a presença de representantes do Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica e Petrobras. Nessa reunião, decidiu-se buscar o patrocínio dos bancos, cujos representantes se comprometeram a apoiar e defender o projeto. Gilberto Carvalho enfatizou a importância de não abandonar as cooperativas de catadores e a necessidade de continuar lutando por esse apoio, destacando a força de trabalho e a perspectiva de reorganização diferenciada, onde os trabalhadores são sujeitos ativos dentro da economia solidária. Com a palavra **Sr. Fernando Zamban** apresentou a proposta da Quarta Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária lembrando o tema definido pelo CNES: "Economia Popular e Solidária como política pública construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação". Citou o cronograma de abril a junho desse ano as conferências locais que podem ter abrangência municipal ou intermunicipal, disse que teve pedidos para alteração do prazo que será discutido na reunião do Conselho, amanhã. De julho a outubro conferências temáticas ou livres. O CNES indicou a realização de duas conferências temáticas: de Finanças Solidarias e Juventude. Novembro e dezembro conferências estaduais. Janeiro, fevereiro e março sistematizar as etapas para realizar a Conferência Nacional que será nos dias 10 a 13 de abril de 2025. A convocação para a Conferência pode ser feita pelo Executivo Municipal, Conselho Municipal ou pela Comissão Organizadora do Estado. A convocação das Conferências Estaduais é iniciada pelo Executivo estadual, ou pelo conselho estadual, caso exista. Comitês Preparatórios são criados no regulamento como instrumento oficial de convocação em caso de vacância entre a mobilização e a convocação formal da conferência estadual. Eles têm as mesmas tarefas da Comissão organizadora até sua instituição. As conferências temáticas e livres não são uma convocação formal, mas podem ser propostas pela Comissão Organizadora Nacional, pelos comitês temáticos do Conselho Nacional ou por cinco organizações ou redes da sociedade civil. As conferências temáticas precisam de validação do Conselho Nacional, enquanto as livres apenas informam e oferecem resultados. Explicou que o total de delegados para a etapa nacional será de 1.464 delegados de todos os estados, mais os membros titulares do Conselho Nacional de Economia Solidária, totalizando aproximadamente 1.520 participantes. Informou o processo das conferências: a conferência local deve ter um dia de trabalho (mínimo de oito horas), enquanto as conferências estaduais devem ter pelo menos dois dias de trabalho. As propostas das conferências locais são sistematizadas para a conferência estadual e, posteriormente, para a nacional. Momento durante a Conferência, o credenciamento é fundamental para conferir a legalidade e oficialidade do evento, verificando dados de delegados, observadores e convidados. Abertura formal pode incluir mesas, danças e outros atos formais. Demostrou como ficou a identidade visual da 4ª CONAES. E esclareceu como será a audiência pública na parte da tarde. O **Sr. Glaucus**, Assessor do Gabinete do Deputado Carlos Veras foi chamado para apresentar as orientações aos presentes sobre o acesso às dependências da Câmara dos Deputados e dicas de como o grupo deve portar-se na Audiência Pública. Após o almoço, o grupo foi convidado a se dirigir à Câmara dos Deputados para participar da Audiência Pública. **No terceiro dia de reunião, aos dezesseis dias do mês de maio de 2024**, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, reuniu-se novamente o Plenário do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) em reunião ampliada com convidados do movimento de economia solidária. Estavam presentes, os conselheiros: Admirson Medeiros Ferro Júnior, pela Agência de Desenvolvimento Solidário, da Central Única dos Trabalhadores - ADS/CUT; Marcela Vieira Gonçalves, pela Cáritas Brasileira; Sandro Benedito Sguarezi, pela Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO; Alfredo Jairo dos Santos, pela Rede de Gestores de Políticas de Fomento à Economia Solidária; Guicelma de Macedo, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Ana Caroline Carmo da Silva, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES; Maria Helena Mendes Pinheiro, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Carlos Alencastro Cavalcanti, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Celecina Rodrigues dos Santos, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Tatiane Nascimento Conceição Valente, pelo Fórum Brasileiro de Economia

Solidária-FBES; Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Abilene Pereira de Brito, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Elza Santiago, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Kristiany Mariely Bender, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Rosemary Gomes, pelo Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário - Faces do Brasil; Vicente Raimundo de Almeida Neves, pelo Grupo de Trabalho da Amazônia; Zander Soares de Navarro, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária; Fábio Henrique Ibiapina Gomes, pelo Ministério da Educação; Cesar dos Santos, pelo Ministério da Aquicultura e Pesca; Claudia Lucia Soares de Oliveira, pelo Ministério das Cidades; Alexandro Cardoso, pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR; Daniel de Santos Seidel, pela Pastoral Social da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Bianca A. Lima Costa, pela Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs; Arildo Mota Lopes, pela União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL; Maíra Lima Figueira, pela União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES; Fernando Zamban, da SENAES; Claudia Lucia Soares de Oliveira, pelo Ministério das Cidades; Dora Sugimoto, pela Secretaria-Geral da Presidência da República; Juliana Cristina da Silva Santos, pelo Ministério da Fazenda; Eduardo Pagot, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Adalberto Felício Maluf Filho, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Dayvid Souza Santos, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Kristiany Mariely Bender, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES; Flávio Schuch, pela Secretaria-Geral da Presidência da República; Rogério Antônio Mauro; Fábio Henrique Ibiapina Gomes, convidado; Natália Tavares de Azevedo, convidado; Luiz Paulo Bastos da Silva, convidado; Aparecido Alves de Sousa, convidado; Walmir Mendes Dettmann, convidado; Maria Lúcia Balbino da Silva, convidado; Adenilce Maria de Araújo Silva, convidado; Andrea Chistianne da Silva Mendes, convidado; Edna Maria Coelho Carvalho, convidado; Luis Carrazza, convidado; Luiz Carlos Floriani Peterson Prates, convidado; Vera Denise Santana ; Cleide Lopes; Maria Adriana Alves Dantas; Carlos Grana; Érika Muniz; Lucas Guerrieri; Rizoneide Souza Amorim; Wonder José; Raquel Maria Costa; Pedro Del Castro; Evily Maria Pereira da Silva; Tatiane M Pimentel; Claudete Costa, convidado;Elisabete Ramos Santos, convidado; Francisco Dalchiavot; Barbara Schimidt Rahmer; Domingas Sofia P Santos; Érika F Braga; Antonio Cardoso; Sergio Jerim; Carlino Lima; Eloisio Lopes Junior; Mariana Aguiar da Silva; Amanda Aguiar; Simone Abraão; José Guilherme F Alves; Caio Cesar Santos; José Paulo Firmino; Maria Moderno ; Neide Silva Castro; Humberto Gusmão; Vital, convidado Filho; Mateus Mendonça, convidado;Alberto Correia, convidado; Roberta Bastos, convidado; Bruno Mauro; Rogerio Dias ; Marcos dos Santos; Roberto Moura; Armênio Da Costa Britto; Selane Batista; Paulo Oliveira, convidado; O secretário **Gilberto Carvalho** deu início ao trabalhos e saudou a presença de todos, destacando a produtividade dos últimos dois dias de trabalho. Enfatizou a importância da presença forte do Legislativo na Comissão de Trabalho, considerando-a uma audiência histórica e uma vitória significativa. Mencionou a reunião no gabinete do Deputado Sidney Leite, relator do projeto de finanças, onde foi bem recebido, destacando o compromisso do Deputado em apoiar e reconstruir um projeto de verdade para a economia solidária. **Renata Studart**, da SENAES, agradeceu a todos e apresentou o objetivo da reunião, que era dialogar com os Ministérios que têm ações transversais à economia solidária. Anunciou a presença do Excelentíssimo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, convidando-o para uma saudação ao grupo. O Ministro **Luiz Marinho** cumprimentou todos os presentes, reconhecendo a importância do trabalho do CNES. Comentou sobre a situação das tragédias no Sul do país e criticou a cobrança irresponsável da mídia. Destacou a relevância da economia solidária e a missão de reconstruir o país com uma mentalidade ética e solidária. Enfatizou a orientação do Presidente Lula de reclamar menos e trabalhar mais, compartilhando um ensinamento de sua mãe sobre enfrentar dificuldades. Ressaltou a importância da economia solidária na reconstrução do Brasil, mencionando o

potencial das empresas de economia solidária no PIB brasileiro. Reconheceu as dificuldades estruturais, mas incentivou a persistência e a esperança na luta pela economia solidária. Agradeceu o empenho de todos os membros do CNES, destacando a importância do Conselho para o governo do Presidente Lula e para o Ministério do Trabalho e Emprego. Enfatizou a necessidade de atualizar e executar o Plano de 2014, sob a liderança do Presidente Lula e do Secretário, Gilberto Carvalho. A reunião prosseguiu com diálogos e apresentações dos Ministérios envolvidos nas ações de economia solidária, buscando desenvolver e implementar ações conjuntas para fortalecer o movimento. Com a palavra **Sra. Renata** informou que na terça-feira, 14 de maio, os participantes dedicaram o período da manhã e da tarde à revisão do Plano Nacional de Economia Solidária. Explicou que o Plano foi desenvolvido durante a Conferência e publicado em 2014, abrangendo o período de 2015 a 2019. Anunciou a convocação da Quarta Conferência de Economia Popular Solidária, a ser realizada em abril de 2025, com a finalidade de atualizar discussões sobre ações, metas e diretrizes, e levar essas discussões para os territórios. Mencionou que atualmente estão nas fases municipais e territoriais, com as fases estaduais previstas para o fim do ano. Destacou que o Conselho Nacional de Economia Solidária ampliado inclui mais representantes da sociedade civil, além dos conselheiros formalmente designados, com o objetivo de enriquecer o debate. Na manhã de quarta-feira, houve um relato e repasse sobre a metodologia proposta para a Conferência Nacional. À tarde, o grupo participou de uma audiência pública de finanças solidárias, na Câmara dos Deputados. Informou que na manhã de quinta-feira, 16 de maio, seria realizado um diálogo com os Ministérios, enquanto à tarde seria discutido o andamento dos programas da SENAES. Convidou **Josiane Santana**, da Secretaria de Comitês de Cultura do Ministério da Cultura, e **Sandro Santos**, membro do Comitê Gestor do Programa de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares para se apresentarem. De posse da palavra **Sra. Josiane Santana** Coordenadora de Formação da Secretaria de Comitês de Cultura, responsável pelo processo de formação dos agentes de cultura, saudou os presentes e informou que foi lançado, agora no dia 30 de abril, o edital dos agentes territoriais de cultura. A ideia foi trazer aqui para vocês qual é a estratégia desse programa e como estamos estruturando-o nacionalmente. Pediu ajuda na divulgação e informou o desejo de chegar em todo o território nacional e ter agentes nas 510 regiões imediatas do Brasil. Esclareceu que, basicamente, o Programa Comitês de Cultura é uma ideia do nosso Presidente. Ele foi instituído pelo Programa Nacional dos Comitês de Cultura pela Portaria 64, com princípios, objetivos e estratégias de implementação. O conceito é articulação territorial para a mobilização social em direitos e políticas culturais nacionalmente. Foram selecionadas 27 instituições como os Comitês de Cultura pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Informou a que outra estratégia é o Agente Territorial de Cultura, que é um edital para pessoa física, com 601 vagas de agentes no Brasil, distribuídas pelas regiões segundo o IBGE. Os agentes recebem uma bolsa de R$ 1.200,00 por mês e um auxílio inclusão digital de R$ 1.000,00. A carga horária é de 20 horas semanais, com atividades de formação, planejamento, articulação, mobilização, e sistematização. O processo de formação inclui cursos sobre cultura e políticas culturais. Os agentes devem realizar uma cartografia cultural popular e comunicação comunitária. Temos uma equipe de 100 pessoas para acompanhar o programa nacionalmente. O objetivo é fortalecer o sistema nacional de cultura e descentralizar as políticas culturais. De posse da palavra **Sr. Sandro Santos**, da Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural, saudou a todos e disse que, como gaúcho, gostaria de registrar esse momento trágico que o seu estado está passando, pediu energias positivas e agradeceu a solidariedade do Brasil e o esforço do governo federal. Esclareceu que tem conversado muito com o Ministério do Trabalho, por conta da construção dessa Diretoria, um pedido do Presidente Lula, para dar atenção especial aos trabalhadores da cultura, especialmente após a pandemia. Recentemente realizamos uma Conferência Nacional, onde foi apontada como prioridade a aproximação da cultura com a economia solidária. Informou que estão preparando a elaboração do Plano Nacional de Cultura, e a economia popular solidária será uma das metas.

E criando o Plano Nacional de Economia Criativa, que tratará exclusivamente das redes criativas nos territórios. Os comitês de cultura desempenham um papel importante na divulgação dessas políticas "Estamos trabalhando para mudar a instrução normativa da Lei Rouanet, para incluir o desenvolvimento territorial e econômico. Queremos utilizar o mecanismo fiscal do incentivo à cultura para desenvolver o território. A partir do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), o Ministério da Cultura está elaborando um edital específico para incubadoras de economia solidária utilizando o mecanismo de incentivo fiscal da Lei Rouanet. Esta iniciativa visa levar as incubadoras para os territórios através do financiamento por estatais. Já foram realizados editais específicos para o Norte e para favelas, oferecendo uma nova perspectiva para a Lei Rouanet, que agora busca não apenas financiar produtos culturais, mas também desenvolver economicamente os territórios. A mudança na instrução normativa da Lei Rouanet, que está em análise e passará por questões jurídicas, permitirá essa nova abordagem. O objetivo é utilizar o incentivo fiscal para promover o desenvolvimento territorial e econômico, e o ministério está trabalhando para garantir que essa construção conjunta seja apoiada pelo comitê de patrocínios, buscando investimentos necessários. Sr. Sandro finalizou agradecendo a oportunidade de compartilhar essas informações. De posse da palavra o **Secretário Gilberto Carvalho** agradeceu a presença dos representantes dos Ministérios. Reconheceu a presença do tema da economia solidária em vários Ministérios e iniciou diálogos bilaterais com base em projetos práticos. Destacou o projeto dos agentes como um importante elo com o Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério da Igualdade Racial e a Secretaria-Geral da Presidência da República. Citou a importância de parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para iniciativas como cozinhas comunitárias e cooperativas solidárias, que têm forte presença na agricultura familiar. Mencionou a colaboração com o Ministério da Educação (MEC) na reconstrução do PRONINC e outros diálogos importantes com Ministérios como Ciência e Tecnologia e Ministério da Indústria e Comércio. Enfatizou a necessidade de um esforço conjunto e agradeceu a participação dos Ministérios. Foi aberto um espaço para fala dos participantes para enriquecer o debate. Com a palavra, a **Sra. Celestina Rodrigues** parabenizou os Ministérios e ressaltou a realidade da economia solidária em seu território no Rio de Janeiro. Enfatizou a importância da Instrução Normativa para evitar que a economia solidária seja sufocada pela economia criativa. Destacou o valor do artesanato e sua potencial integração com outras expressões culturais, pedindo apoio para fortalecer a economia solidária nos territórios. Lamentou as dificuldades enfrentadas pela economia solidária frente às grandes empresas e destacou a importância de editais inclusivos. Manifestou esperança na implementação da Instrução Normativa e solicitou diálogo constante com os trabalhadores da economia solidária. Após, a **Sra. Bianca** sugeriu a disponibilização do material apresentado para uma melhor compreensão. Perguntou sobre a inclusão da temática de economia solidária na formação dos agentes, ressaltando a importância de reconhecer a diversidade nos territórios. Comentou sobre o acesso a recursos via Lei Aldir Blanc e Paulo Gustavo e a importância de apoiar projetos de incubação. Propôs a integração das políticas públicas de agentes de saúde, economia solidária e cultura para uma abordagem mais coesa e eficaz. Com a fala o **Sr. Diogo** destacou a necessidade de maior integração entre diferentes agentes e políticas públicas, utilizando a Rede FECOSOL como um recurso valioso para capacitação e suporte, promovendo uma abordagem mais colaborativa e eficaz no campo da economia solidária. Em seguida, o **Sr. Ary** relembrou uma fala de Márcio Pochmann sobre o processo de industrialização tardia no Brasil, mencionando os planos de metas iniciados por Getúlio Vargas. Criticou a destruição do planejamento estatal pelo projeto neoliberal, resultando em desindustrialização precoce. Aponta que o Ministério do Planejamento não está considerando a territorialidade. A Segunda Conferência Nacional de Economia Solidária definiu o conceito de territorialidade, mas há confusão entre os Ministérios. Sugere que a economia solidária trouxe elementos importantes para definir território, considerando potencialidades econômicas, legado cultural, similaridade

étnica, questões ambientais, biomas, cidades e territórios de identidade. Defende um novo modelo de desenvolvimento que seja sustentável e solidário. Chama atenção para a retomada de programas que avançaram bem na conceituação de territórios da cidadania. A **Sra. Mara**, Gestora de economia solidária em Contagem, relata parceria com a Secretaria de Cultura, realizando cerca de 400 feiras anuais. Menciona a nova fase da Lei Aldir Blanc que permite a criação de projetos de festivais, incluindo festivais gastronômicos e de cerveja artesanal. Informa sobre o treinamento no fórum municipal para que empreendimentos de economia solidária escrevam projetos e recebam recursos. O **Sr. Arildo** faz perguntas sobre o edital de contratação de agentes, questionando se esses agentes serão funcionários do governo ou liberados para atuar no território. Expressa preocupação sobre o suporte necessário para os agentes, como ferramentas e logística. Questiona sobre a rede de suporte e coordenação para esses agentes em territórios extensos. A **Sra. Ana Carolina** questiona a inclusão e preservação das culturas quilombolas e de povos tradicionais no edital. Pergunta sobre as estratégias para atender territórios de difícil acesso e preservar a cultura brasileira. De posse da palavra, a **Sra. Josiane** respondeu às indagações destacando a importância de entender o conceito de território não só de forma material, mas também simbólica. O território influencia a expressão cultural e econômica das comunidades. Explicou que os comitês de cultura cobrem os territórios por regiões, mobilizando a sociedade civil. A Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) é destacada como uma estratégia importante, alocando recursos significativos para a cultura até 2027. Os agentes culturais serão selecionados com critérios afirmativos, dando prioridade a mulheres, indígenas, negros, quilombolas e pessoas com deficiência. Formação em economia solidária será oferecida, com módulos sobre políticas culturais e culturas específicas. A estratégia é que os agentes culturais sejam da comunidade e façam a ligação com o governo para fortalecer as políticas culturais. **Foram chamados para compor outra mesa os seguintes participantes: Representantes do MDA: Rogério Mauro, da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar, Patrícia Morão, da Subsecretaria de Mulheres Rurais, Vanderlei Ziger, da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia, Raquel Sousa, da Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental. Representantes do MAP: Kenner Chaves, da Secretaria de Pesca Artesanal, César, da Secretaria de Pesca Artesanal**. De posse da palavra **Sr. Vanderlei Ziger** enfatiza a importância da produção de comida limpa e saudável, alinhada com a orientação do Presidente Lula. Comentou sobre o Programas Financiamento: Focado em regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, adaptado aos diferentes biomas e sistemas de produção. Citou a importância de recursos suficientes para suporte técnico, especialmente na transição agroecológica. Anunciou: que em maio, haverá um edital com cerca de 100 milhões de reais para apoiar a produção agroecológica e a transição agroecológica. Em seguida Sr. Rogério Mauro (Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar) informou sobre o programa de Fortalecimento do Cooperativismo (Coopera Mais Brasil) que tem o objetivo de fortalecer cooperativas, associações e empreendimentos solidários na agricultura familiar. E envolve diversos ministérios e autarquias, como MPA, MDS, MMA, MCTI, entre outros. Construído com a participação de lideranças de cooperativas e associações. O decreto está em fase final de aprovação. Comentou sobre o Programa Mais Gestão que tem o objetivo de oferecer apoio técnico e acompanhamento para o fortalecimento de empreendimentos solidários na agricultura familiar. Dando seguimento ao debate Patrícia Morão da Subsecretaria de Mulheres Rurais falou do Programa de Organização Produtiva e Econômica das Mulheres Rurais que envolve 8 ministérios, incluindo Trabalho, Meio Ambiente, Povos Indígenas, Igualdade Racial e Apex. Junto ao Ministério das Mulheres, visa integrar políticas e programas para fortalecer organizações produtivas e econômicas das mulheres rurais. Anuncia que sai em junho o primeiro edital do programa, com recursos de 30 milhões de reais. Que tem o objetivo de estruturar organizações produtivas femininas, incluindo grupos informais, associações, cooperativas femininas e mistas. Melhorar os sistemas de produção. Ampliar acessos a mercados locais, regionais e internacionais. Apoiar acesso ao PRONAF e

participação em programas de compras públicas (PAA, PNAI) melhorar a gestão administrativa e financeira das cooperativas e grupos informais. Apoiar iniciativas para integrar o trabalho produtivo com o doméstico, como recreação infantil e lavanderias coletivas São prioridades no programa as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, além de mulheres em assentamentos, quilombolas, pescadoras e indígenas. Todas as ações, políticas e projetos têm recorte territorial para dialogar com as realidades locais e economia solidária. O Projeto Dom Helder Câmara: Combate à pobreza no semiárido, com ações territoriais e fortalecimento de cooperativas e economia solidária. O Projeto Articula Fito: Desenvolve arranjos produtivos ligados a plantas medicinais e fitoterápicos, com apoio a cooperativas e empreendimentos de economia solidária. De posse da palavra Sr. César do Ministério da Pesca e Aquicultura apresentou as atividades do Ministério da Pesca e Aquicultura e da Secretaria Nacional de Aquicultura. Explicou a interligação entre pesca, aquicultura e agricultura em muitas comunidades, onde essas atividades são base da economia solidária. Destacou a importância dos pescadores, marisqueiras e aquicultores na economia solidária local. Explicou que o Ministério está estruturado em quatro secretarias:1. Secretaria Nacional de Aquicultura. 2. Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. 3. Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva 4. Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa. As duas primeiras secretarias são as que mais diretamente trabalham com políticas públicas voltadas para a economia solidária. Informou sobre o Curso gratuito de "Complicadores Aquícolas" pela UNB e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, certificado pela FAO, disponível online e gratuito. Pontuou que em novembro, lançaram edital para apoiar associações e cooperativas com recursos de até 500 mil reais cada. Beneficiaram 22 associações e cooperativas familiares de empreendimentos solidários em vários estados. E falou do Programa Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura, com ações para fomentar a aquicultura familiar e agroecologia em várias regiões, incluindo termos de fomento e parcerias com instituições de ensino superior. Explicou sobre a parceria com o MDA para apoiar cooperativismo, associativismo e empreendimentos solidários da agricultura familiar vinculada à pesca e aquicultura. (Coopera Mais Brasil). Citou os acordos em andamento com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural para assistência técnica. Acordo com o MDA para desenvolver a cadeia sustentável da aquicultura em áreas rurais. Informou sobre os projetos com o Ministério dos Povos Indígenas para a promoção da aquicultura entre os Yanomamis. Logo após o Sr. Kenner Chaves (Secretaria de Pesca Artesanal) agradeceu aos conselheiros e conselheiras, e aos colegas do Conselho Nacional de Economia Solidária. Mencionou a trajetória na Economia Solidária e destacou a relevância da primeira participação pública ser no Conselho Nacional de Economia Solidária. Citou o Decreto 11.626 de 2 de agosto, que lançou o Programa Povos da Pesca Artesanal, um marco para a pesca artesanal. Falou do programa de Inclusão do Pescado em compras institucionais deu exemplo de Pernambuco com a inclusão de pescado no cardápio dos restaurantes universitários. Explicou sobre a bolsa de iniciação científica para jovens do ensino médio em 12 estados, com planos de expansão. Pontuou acesso a equipamentos e capacitação para mais de 10 mil pescadores. Parceria com universidades federais para projetos de pesquisa e extensão para comunidades pesqueiras artesanais. Meta de atingir 5 mil pescadores. Após o vazamento de petróleo em 2019 e 2020, parcerias foram estabelecidas para evitar desastres ambiental. Capacitação de agentes comunitários de saúde e profissionais do SUS para atender 5 mil pescadores. Inclusão dos pescadores na criação de regulamentos e participação em fóruns estaduais. Citou o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca que foi reconstruído após ser destituído no governo anterior. Destacou que 49% dos pescadores artesanais são mulheres, sendo maioria em alguns estados. Falou do Plano Nacional da Pesca Artesanal que está em construção, com sete plenárias regionais e uma atividade nacional. Parceria com o Ministério da Cultura para promover e preservar as culturas pesqueiras artesanais. Projetos focados em melhorar a estrutura das cadeias produtivas da pesca artesanal, com prioridade para grupos marginalizados. Falou das ações para facilitar o acesso das cooperativas e associações ao PNAE e PAA. Revisões das normativas de inspeções

sanitárias para facilitar a comercialização dos pescados. Mutirões para examinar mais de 180 mil solicitações de registro, crucial para o acesso a benefícios previdenciários. Encerrou agradecendo a oportunidade e mencionou a continuidade do trabalho para fortalecer a pesca artesanal através da participação social e desenvolvimento de políticas públicas. Em seguida **Renata Studart** deu espaço para fala de alguns participantes do evento. Com a palavra **Sra. Alzira** cumprimenta a todos. Se apresenta como membro do Fórum de Economia Solidária de Pernambuco. Destaca a articulação da economia solidária no Nordeste. Enfatiza a conexão com a agroecologia e pescadores. Critica a falta de integração das políticas de economia solidária no Estado. Menciona que empresas alheias ao território ganham editais. Sugere a criação de uma câmara para integrar políticas no Conselho. Destaca a importância de políticas para as mulheres, majoritárias na economia solidária. Pede aprofundamento do conceito de economia solidária. Diferencia cooperativas populares de empresariais. Logo após **Sr. Joaquim** questiona sobre movimentos de finanças solidárias no Ministério. Menciona a existência de redes de bancos comunitários e fundos solidários. Destaca a importância da agricultura urbana na produção de alimentos. Cita o exemplo do Banco Palma em Fortaleza. Enfatiza a necessidade de mais foco na agricultura urbana e pesca urbana pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na sequencia, o **Sr. Marcelo** relata seu trabalho desde 1993 com pescadores artesanais. Critica a aquicultura e seus impactos negativos, como erosão genética e disputa territorial. Enfatiza a necessidade de manejo de espécies. Menciona problemas de financiamento para assistência técnica. Destaca a reprodução do agronegócio na aquicultura. Relata problemas com espécies híbridas e transgênicas. Defende a importância de pesquisas e manejo de espécies nativas. Dando continuidade ao debate, a **Sra. Raiane** se apresenta como membro da Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro e do Fórum Municipal de Maricá. Explica o uso da moeda social Mumbuca em Maricá. Menciona o auxílio para mulheres vítimas de violência. Descreve os trabalhos de educação voltados para agricultura e soberania alimentar. Fala sobre parcerias com o MST e Secretaria de Agricultura para hortas comunitárias. Relata iniciativas com mulheres pescadoras em Maricá. Fala sobre o uso de resíduos do pescado para criar bijuterias e outras alternativas. Em resposta os membros da mesa afirmam que o governo, Ministérios e Secretarias funcionam de acordo com demandas específicas. É mencionada a necessidade de articulação e comunicação entre os setores para melhorar a execução de políticas e editais. Há críticas sobre a falha na comunicação e execução de políticas públicas que não chegam aos beneficiários e sobre a adequação dos ritos bancários para a economia solidária e populações pobres. O Plano Safra é discutido, destacando três categorias de financiamento: cooperativas de economia solidária, agricultura urbana/periurbana e agricultores familiares que não se enquadram nas categorias tradicionais do PRONAF. É mencionada a criação de um fundo garantidor de crédito para apoiar essas categorias. Discute-se a necessidade de tecnificar a agricultura familiar para reter a juventude no campo. A transição agroecológica é enfatizada, com foco em bioinsumos e sementes não químicas. O programa Coopera Mais Brasil é citado como exemplo de integração, mas ainda enfrenta desafios de coordenação. Ressalta a importância da participação social e dos conselhos na discussão e implementação de políticas públicas. É mencionada a necessidade de avançar na concretização da integração por meio de instrumentos de repasse de recursos. Concordância com a importância da integração das políticas dentro dos ministérios, exemplificada pelo trabalho no Plano Nacional de Produção Agroecológica e Orgânica (Planapo). Destacada a necessidade de territorializar as políticas públicas, integrando as ações diretamente nos territórios para atender melhor as populações locais. Enfatizada a necessidade de empoderar as bases através do conhecimento, especialmente para evitar que empresas externas ganhem editais e prestem consultoria sem entender a realidade local. A Secretaria Nacional de Agricultura valoriza a agricultura urbana e periurbana, com projetos focados em tecnologias como a aquaponia, que podem ser desenvolvidas em espaços pequenos como quintais e apartamentos. Concordância com críticas à reprodução do agronegócio na aquicultura. Reflexão sobre o que pode ser feito

para apoiar os pequenos aquicultores familiares, destacando que os últimos anos privilegiaram empresários da aquicultura em detrimento dos pequenos produtores. Em seguida **Sra. Renata** convidou **Rosana da Silva, da Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados, e o Adalberto Maluf do Ministério do Meio Ambiente,** agradecendo a presença de Maluf, que veio direto do Japão**. O Diretor Lucas Ramalho, da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC, e do coordenador-geral David Santos da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento Social,** destacando que sua secretaria é a única com "Economia Solidária" no nome**. Eduardo Dalbosco e Saumíneo Nascimento, da Secretaria Nacional de Inclusão Socioeconômica do MDS. Daniel Sigelmann da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Luiz Paulo, da Secretaria de Políticas e Ações Afirmativas. Cláudia Borges, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação. Convidou, ainda, Tatiana Souza, à mesa, e agradeceu sua presença**. A **Sra. Rosane Silva** falou sobre suas origens gaúchas e os desafios emocionais recentes devido à destruição no Rio Grande do Sul. Ela mencionou sua posição no Ministério das Mulheres e a liderança da Ministra Cida Gonçalves. Foi destacado que o Ministério das Mulheres é uma novidade, assim como os Ministérios da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas, e que isso é significativo por permitir a participação em reuniões Ministeriais de igual para igual com outros Ministros. Anteriormente, como Secretaria de Política para as Mulheres, não participavam diretamente dos espaços de decisão, o que mudou com o novo status ministerial. Nos governos anteriores, apesar de não haver um Ministério, a Secretaria de Política para as Mulheres conseguiu estruturar várias políticas, muitas das quais foram desmanteladas após o golpe de 2016. Na chegada ao novo Ministério, não encontraram documentos oficiais, necessitando buscar arquivos históricos para reconstruir políticas. O Ministério tem três coordenações: Autonomia Econômica, Combate à Fome e à Pobreza; Cuidados; e Mulheres, Trabalho e Instituição. Dentro do Plano Plurianual (PPA), incluíram ações voltadas para a economia feminista e solidária, destacando a importância dessas economias para as mulheres. Realizaram ações em apoio às mulheres catadoras, fornecendo suporte técnico para o Encontro Nacional das Mulheres Catadoras. Ressaltaram a necessidade de suporte do Estado para a organização e formação dessas mulheres, devido à fragilidade das suas organizações. Também estão desenvolvendo a política e o plano nacional de cuidados, focando no diálogo com as mulheres e suas necessidades específicas. **Sr. Adalberto** Matos enfatizou a importância da transformação radical da economia, mencionando a economia circular e o plano de transformação ecológica. Adalberto destacou a relevância da reciclagem e a inserção socioprodutiva dos catadores de material reciclado, citando a atuação do governo sob a liderança da Secretaria-Geral da Presidência. Anunciou um edital para capacitação e investimentos nas cooperativas, com a Lei de Incentivo à Reciclagem disponibilizando 316 milhões de reais em renúncias fiscais para empresas investirem em projetos de reciclagem e inclusão de catadores. Ele mencionou a Política Nacional de Logística Reversa que coloca a meta de 30% de recuperação, subindo até 50% em 2042. E isso vai fazer com que a demanda por reciclagem aumente muito e a gente precisa trabalhar muito para estruturar as cooperativas. reciclagem e exigirão a estruturação das cooperativas. Atualmente, apenas 600 a 700 das 3 mil cooperativas recebem recursos de logística reversa. O objetivo é ampliar essa estruturação para melhorar a renda dos catadores e garantir a eficácia da logística reversa. Com a palavra a **Sra. Tatiana Sousa** comentou que é assistente social de formação, com experiência na gestão pública e envolvimento com a economia solidária que trabalha na Secretaria Geral da Presidência há 1 ano e meio, focada na articulação de políticas públicas. Minhas funções incluem assessoria direta ao ministro Márcio Macedo, que enfatiza a necessidade de intensificar a economia solidária. Citou a restituição do Conselho do MROSC e reestruturação do programa Pró Catadores. Enfatizou o envolvimento no PPA participativo, com rodadas em todos os estados brasileiros. E a retomada de conferências nacionais de economia solidária. Falou do compromisso com a inclusão dos princípios da economia solidária na educação popular. Após as apresentações, **Sra. Vanderlúcia** facultou a

palavra para quem quisesse fazer considerações sobre o processo de diálogo com os ministérios. **Sr. Alencastro** citou que seria importante os Ministérios estarem presentes para ouvir também o que eles iriam falar, disse que representa o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, mas também faz parte de um movimento social, que é o movimento dos catadores. Relata que, no Fórum Brasileiro, estão empenhados em criar um Grupo de Trabalho para tratar da questão de reciclagem. Isso, não para dividir, mas, sobretudo, para somar com quem já está posto. Dito isto, é importante registrar que os catadores, desde 2012, têm um projeto que chamam de PRONAEP. Já em 2012, esse programa, foi entregue à presidenta Dilma e, a partir de então, se vive de Ministério em Ministério buscando a possibilidade de instituir esse programa que é um programa nacional de reciclagem popular. Destacou que o Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES, que possui efetiva participação no SIISC, através do companheiro Ary, possam buscar meios de viabilizar essa possibilidade de instituir o programa de reciclagem popular para o Brasil e, assim, promover, de fato, a inclusão social e produtiva dos catadores de material reciclado. **A Sra. Elza** relata que muitos assuntos estão vagos. Questões importantes para as mulheres devem ser discutidas, ao menos na próxima reunião. Citou também que haverá a COP, o acúmulo dos povos no Rio de Janeiro, o G20, todos esses eventos são importantes para a Economia Solidária. Por fim, citou que não foi falado do meio ambiente e sobre as mulheres na agricultura familiar. O **Sr Adimirson** se diz preocupado com a fragmentação do governo, que não é de hoje. Quis parabenizar Gilberto Carvalho pela articulação com os Ministérios e a Economia Solidaria. Demonstrou preocupação com o fato de haver outros Ministérios com maior orçamento, enquanto a SENAES, que tem a missão de fomentar a economia solidária no país, tenha tão poucos recursos. Não pode se trabalhar de maneira fragmentada, tem que ser de maneira articulada, da mesma forma que se deve organizar as entidades dentro desse projeto. Finanças, moeda social, fundos, não foram falados. O **Sr. Jairo** disse que temos que adquirir mais centralidade na nossa luta, parabenizou a SENAES pela articulação. Explanou que a Economia solidaria precisa ser incluída nas agendas dos Ministérios. **Sra. Malu** parabenizou Gilberto, Senaes e a articulação que foi tão bem-feita, tão compromissada. Falou que todos saíram impactados na manhã, por quão incrível foi. Citou a preocupação em falar das pessoas com transtornos mentais, pessoas escravizadas, pessoas do ambiente rural. **Sra Abilene**, vinda do Pará, parabenizou a todos e citou que o Norte é uma região diferenciada pois as s ruas geralmente são os rios e os igarapés com muita dificuldade de acesso. E lá, no meio desses igarapés, ela mora, ela e mais10 mulheres de um coletivo que trabalham no *beach* bar, que é do cacau, a barrinha de chocolate e nós estamos tendo uma grande dificuldade de acessar esses editais que saem. Que haja essa conversa dentro dos estados, de para onde vão direcionados esses editais, porque durante todo esse período de golpe, de pandemia, estávamos resistindo para existir. Os empreendimentos nunca pararam um dia, embora nós estivéssemos lá, isolados, sem poder sair. Tem mais de 10 Ministérios que discutem a pauta da economia solidária. A política pública está dada, os programas serão colocados na rua. E qual é a incidência que podemos fazer? Temos o MROSC, temos um novo regulamento para as entidades da sociedade civil que foi aprovado há pouco tempo, que as entidades parceiras precisam se inteirar dela. Ela dá garantias às quais não tínhamos acesso. Exemplo disso é o repasse direto de cursos e de bens para os beneficiários diretos do projeto a serem atendidos. Provoca-se a SENAES para implementar um programa de qualificação e formação das nossas entidades para acesso aos editais. **Sra Alzira** explanou que ela e todos os outros, não tinha ideia de que os Ministérios possuíam tantos dados, politicas, orçamento da economia solidária em diferentes segmentos e em diferentes situações. Se eles soubessem disso, essa reunião com os Ministérios não teria sido hoje, teria sido no primeiro dia, para dar uma referência para a gente, do que o governo, como um todo, estava fazendo, para poder, aí sim, fazer uma discussão de conjuntura e rever o nosso plano, tendo como referência a proposta que os Ministérios já estão trabalhando no governo hoje, ou seja, vão precisar olhar o plano para se casar com as propostas dos outros Ministérios. Citou também que economia solidária tem que envolver educação. Propostas: a criação

de um grupo, aqui é emergência, onde a gente possa juntar o que a gente ouviu hoje dos Ministérios, com a revisão que a gente fez do Plano. Para que tenha uma proposta, mais equilibrada, da realidade, do próprio governo, e não apenas do que se quer ou se quis em 2014. Segunda proposta é que se eleja prioridades para esses 18 meses que restam deste Plano e deste PPA. A gente construir prioridades que sejam capazes de orientar a ação e a integração da própria SENAES com os Ministérios. Pegando a nossa construção desde ontem. Concordou inteiramente com a proposta do Comitê Interministerial que sirva não apenas do diálogo com os Ministérios, mas que a SENAES possa assumir o papel que é de coordenação e de referência na política de economia solidária, nesse Comitê Interministerial, para que desbloqueie os fundos para economia solidária. O **Sr Sandro** tomou a palavra e relatou que tem que constituir esse Comitê lá dentro da Secretaria-Geral da Presidência da República. Precisamos falar com Macedo, nós precisamos falar com Haddad, precisamos falar com os caras do núcleo duro do governo. Relatou também que um aluno dele de administração, foi vereador, foi da pastoral da Juventude, foi vereador do PT, depois Prefeito do PT, foi cassado, com 28 anos, só porque era do PT. Hoje é professor da Universidade Federal do Estado do Mato Grosso. Ele falou que o governo Lula tem que chamar a Petrobras, botar dinheiro no orçamento da SENAES. O Gilberto tem uma equipe pequena, mas tem uma pujança isso aqui, se tem alguém que faz inclusão com sustentabilidade, a questão socioeconômica, produtiva, na formação e na consciência de classe que é capaz de colocar um pouquinho de povo na rua, seus movimentos sociais e a economia solidária desses movimentos. Ele disse que falou com Márcio França e que o pacote que o governo Lula fez para os pequenos e médios empresários para entrar na classe média é um absurdo de importante porque 98% dos postos de trabalho é gerado pelas pequenas e médias empresas. Pega os 50.000 empreendimentos de economia solidária que estão espalhado no Brasil, e vai ver o que esses empreendimentos fazem lá. O Lula é sensível e terão que chegar nele. **Sra Tatiane**, da Secretaria-Geral da Presidência da República explanou que é essencial, é necessário, mas é o que a SENAES demonstrou, ao longo desse ano e hoje, principalmente, o poder de articulação que ela tem e que o Secretário tem para essa relação interministerial. A Secretaria-Geral está de portas abertas para a participação e para o Conselho. O Pró-Catadores está lá dentro da Secretaria-Geral, mas a economia solidária está na Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. E Gilberto vem demonstrando muito esse poder de articulação. Coloca-se cada vez mais a necessidade de dar ênfase à pauta da economia solidária. A Secretaria-Geral se colocou à disposição do Secretário Gilberto e fez uma pergunta: o ideal não seria esse comitê interministerial ser puxado e coordenado pelo Ministério do Trabalho, pelo coordenador Gilberto? Empoderando a SENAES, que é o que precisa ser feito para estar lá e a Secretaria-Geral chega junto, está de mãos dadas e faz o possível. A gente constrói esse espaço dentro do Planalto. Se é para os Ministérios, a gente faz dentro do Planalto, a gente assina junto. Mas não teria mais empoderamento se for puxado pela própria SENAES, dentro do Ministério do Trabalho e a gente assinar embaixo e estar do lado ou dentro da Secretaria-Geral? Coloco na mão de vocês, na mão do Secretário Gilberto. Assumimos essa posição, enquanto Assessora, em especial, da economia solidária, da Secretaria Geral. Uma única conversa com o nosso Secretário Gilberto. O que é possível, mas o que eu posso dizer é que a Secretaria-Geral está totalmente à disposição. A gente está no Conselho do MROSC e no conselho do CONFOCO e temos o programa de educação nos estados. O **Sr. Gilberto** disse que a Tatiane traz uma sugestão que ele acha importante, nós não podemos, como SENAES, fugir desse papel. A presença da Secretaria-Geral, pela cultura governamental que temos, é muito importante. A Presidência da República se reveste de poderes formais e simbólicos. Falou também que assume a co-gestão com o grupo. Somos um Conselho com predominância da sociedade civil. Portanto, este Conselho não pode deixar de criticar, de sugerir, de cobrar. Sem essa cobrança, a coisa não anda. Então vamos preservar esse papel. Não tenham medo de cobrar e vamos pra cima. Anteontem, surgiu a sugestão de fazermos uma carta ao Lula sobre a questão do Rio Grande do Sul. Todo mundo que for fazer chamada

pública tem que pensar junto, para fazermos uma distribuição racional dos recursos. O que está acontecendo no sul? Nós mandamos rios de dinheiro para lá. E quem que está faturando lá? O PL, a direita, através de uma série de organizações ligadas aos prefeitos, ligadas ao governador e usando o nosso dinheiro e fazendo *fake news*, dizendo que aquele dinheiro é da sociedade e que o governo federal não está manando dinheiro nenhum. Precisamos chamar aqui a saúde, chamar o pessoal da cultura, o pessoal da igualdade racial para fazer uma conversa. Concluído o momento dedicado ao diálogo com os Ministérios que possuem ações transversais de economia solidária, os convidados presentes foram liberados e, após o intervalo para o almoço, a reunião, agora restrita aos membros do Conselho Nacional de Economia Solidária, continuou na sala 433 do edifício sede do Ministério do Trabalho e Emprego. Nessa retomada das atividades, alguns conselheiros pediram a palavra para expressar suas impressões sobre a estratégia do Conselho de fazer a incidência no Parlamento, assim como sobre os diálogos travados, nesta manhã, com os representantes dos Ministérios. **DELIBERAÇÕES:** Em seguida, **Fernando Zamban** introduziu o diálogo com o tema da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, explicando que houve um pedido, não só pela situação do Rio Grande do Sul, com a iminência das emergências climáticas e as chuvas, alagamentos, mas também alguns estados comentaram da necessidade de estender o cronograma de realização das etapas locais. Pelo cronograma que nós aprovamos no Conselho, isso estava até junho de 2024. A Comissão Organizadora, juntamente com o Comitê Permanente, reunidos, conjuntamente, no dia 09 de maio de 2024, analisou essa possibilidade e entendeu, por unanimidade, que seria viável essa prorrogação para o mês de setembro de 2024, para que os municípios tenham mais tempo de organiza suas conferências. Para tanto, deliberou que esse assunto fosse submetido a este Plenário para decisão final. Assim, a sugestão é de prorrogar até o mês de setembro a realização de conferências locais. Então, esse é o primeiro aspecto que a gente precisa validar. Dada a situação de mobilização dos estados, sobretudo para convocação das locais, dada a situação do Rio Grande do Sul, em emergência, esse Conselho poderia aprovar a extensão do cronograma de realização das conferências locais, conforme orientação da Comissão Organizadora Nacional, para setembro de 2024. O **Sr Jairo** explicou que acha que deve prorrogar, sim. O **Sr Fernando** pediu que todos votassem e, por unanimidade, a prorrogação foi aprovada. A **Sra Tatiana Valente**, manifestou sugestão de que o prazo seja estendido até outubro e foi vencida. Pediu para registrar em ata o seu voto de discordância, e que o Estado que não cumprir o prazo aqui fixado, ficará fora da Conferência Nacional. O **Sr Fernando** continua dizendo que houve um último comentário sobre a Conferência, que teve também um pedido do Comitê Permanente para que os membros do Comitê Permanente sejam incluídos na Comissão Organizadora Nacional e a sugestão foi acatada, também por unanimidade. Fernando reforçou que, com esta decisão, a Comissão Organizadora Nacional da 4ª CONAES fica composta por aqueles membros antes escolhidos e agora ratificados mais o Comitê Permanente deste Conselho. O **Sr Gilberto** pediu a palavra para fazer um pedido aos conselheiros, pela responsabilidade de serem conselheiros, que façam um empenho para que, nos estados onde vocês têm influência, ou por residência ou por contatos, ajudem a que haja a convocação das conferências municipais, a convocação da conferência estadual. E ajudem a fazer uma supervisão, Nós, na Comissão Organizadora, estabelecemos uma estratégia que possa de fato acontecer. Nós temos instâncias da economia solidária em todos os estados do Brasil, uma delas, o Fórum Brasileiro da Economia solidária, outras organizações da sociedade civil, histórica e representativa. Segundo, nós temos os conselhos de economia solidária atuantes em pelo menos 14 estados do país. Em geral tem o conselho e onde não tem o conselho, tem forças vivas que podem se articular. Terceiro, nós temos e estamos mobilizando dentro de todas as Superintendências do Ministério do Trabalho, foi indicado pelo menos um funcionário como representante, como articulador da economia solidária. Nós temos feito contato com eles, agora, regularmente, e as incumbimos de ajudar nesse processo. Aliás, eu queria pedir para vocês que ocupem esses espaços. A gente pode usar essas instalações, as salas, o carro, enfim. Nós podemos demandar

essas estruturas para coisas que forem fundamentais, como fazer reunião. Isso é, simbolicamente, muito importante. É importante ocupar esses espaços e essas pessoas em geral são de muito boa vontade. Já se dispuseram, alguns, com mais experiência da economia solidária, outros com quase nenhuma, mas com disposição de aprender. Então eles podem aprender. Quarto, nós temos a rede de gestores, em quase todos os estados. As organizações de redes de empreendimentos, estou falando aqui da UNICOPAS e suas filiadas, a UNISOL, a UNICAFES, a UNICATADORES, a UNICAB, as cooperativas do MST. A nossa proposta é que vocês ajudem a juntar esse povo. Nós estamos orientando cada estado a fazer imediatamente uma conversa, pelo menos, com um representante dessas seis organizações, para construir um comitê que ajude a implementar no estado as conferências, porque vai dar muito trabalho. Nós vamos ter que ir lá na ponta, visitar o município. Então nós estamos solicitando isso aqui. Não é um elemento, não é uma formalidade, mas é uma articulação inteligente. A **Sra. Celecina** sugere criar pontos focais também. Ressalta a importância de reconhecer a importância dos Fóruns, da sua força, vez que é uma organização de base de grande relevância. Comentou, ainda, que os suplentes deveriam ser chamados a participar das reuniões do CNES. A **Sra Marcela** comentou que, divididos os conselhos enfraquecem. **Sr. Fernando** lembrou que é uma convocação de mobilização conjunta. Lembrou, também, que foi aberto para os suplentes participarem da conferência *online*. **A Sra. Ana Caroline** falou que os estados que têm suplentes e titulares, que eles não participam, não vem e também não dão nenhum retorno para as bases e sugeriu que faça uma reeleição, porque nós temos alguns titulares que não participam. Suplentes que não participam e que estão ocupando espaço de pessoas que têm vontade e interesse de estar na discussão e não estão. Então que refaça. A **Sra. Tatiane**, da Secretaria-Geral da Presidência da República, sugeriu que façam uma articulação, entrando em contato com a Secretaria de Relações Institucionais, na marcha dos prefeitos, que ocorrerá na próxima semana em Brasília. Aqui, nesse Conselho, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária tem 15 representantes, tem representantes da ASA - Articulação do Semiárido, do SEBRAE DO Grupo d e Trabalho da Amazônia, da Unitrabalho, do Movimento Nacional de Catadores e Catadoras, da rede de TCPS, da Cáritas brasileira, Faces do Brasil, ABCRED, CNBB. É um Conselho bem diverso e muito representativo. O **Sr. Gabriel** disse que as políticas de participação social, a economia solidária que nós defendemos como projeto histórico de sociedade não se desprende disso. Não está fora de um contexto de formação das pessoas. E esse contexto de formação para nós chama se educação popular. Eu estou falando isso porque eu gostaria de pedir que o tema da educação popular seja colocado dentro das conferências, que ele seja debatido nos municípios e nos estados, porque não somente o conceito. Tem segmentos que não defendem, não sabem, não tem a menor ideia do que é a educação popular e muito menos a economia popular solidária. Então eu queria pedir, Gilberto, que vocês que estão na base, procurem nas entidades, procurem nos movimentos que lutam e que trabalham com educação popular. Convidem esses movimentos para que façam atividades dentro das conferências municipais. Precisamos colocar a voz do povo, é preciso parar de invisibilizar que nós temos um projeto educativo para esse país e esse projeto chama-se educação popular. Acabamos de elaborar um documento que fala das bases legais da educação popular. Destacou que o governo voltou a editar o referencial nacional de educação popular, que foi editado justamente em 2013 e 2014, assinado pelo então Secretário-Geral, Gilberto. Esse material tem que voltar a ser utilizado, tem que voltar às ruas. Temos que falar de educação, de economia popular, solidária, com educação popular, utilizem essa frase que vocês sabem qual é o sentido e o significado histórico que ela tem. Vamos lutar pela economia solidária com educação popular. Vamos lutar pela participação social com educação popular. O projeto que nós defendemos. O **Sr. Jean** relembrou que foi conselheiro também em 2003, pela ADSA, desenvolvimento solidário da rede, então é um retorno. Mas principalmente hoje foi um dia muito importante para a economia solidária. Fundamentalmente pelo reconhecimento, ontem, de voltar a economia solidária dentro do Congresso e hoje, por essa articulação interministerial. Então eu queria, primeiro parabenizar, essa

construção interministerial que foi feita hoje. Teve um momento que também acho que foi o momento mais importante nos últimos muitos anos, foi aquela mesa em que estavam em quatro secretarias, de vários Ministérios. Quer dizer, todo mundo ali trabalhando com a reorganização socioprodutiva do território e juntos nessa discussão, com essa integração interministerial, foi muito importante. O que que caracteriza a economia solidária enquanto o sujeito histórico da economia solidária? Quem é o sujeito histórico da economia solidária, se não o trabalhador associado, vinculados uns aos outros por meio da sua associação, da sua cooperativa, esse é o sujeito social, economia solidária. E a gente não tem ainda um projeto, uma atuação, uma excelência forte. A qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho. Quer dizer, um conjunto de ações do Ministério do Trabalho precisa fazer essa interlocução do lugar do trabalho associado dentro do mundo do trabalho. Eu acho que é excelente o trabalho. Sobre a revisão do Plano Nacional de Economia Solidária, feita nos dois dias anteriores, o **Sr. Fernando**, destacou que o Plano foi revisado e este grupo fez importantes considerações que devem ser compiladas e incorporadas ao documento atual. A ideia é criar um grupo de redação que pegue todas as conclusões, os encaminhamentos, para passar, agora, um pente fino e fazer o documento final, assim como estabelecer a escala de prioridade das ações. Assim sendo, **foram formadas as comissões: para sistematização do texto a partir de sugestões feitas nesta reunião,** composta por: Sandro, Alzira e Bianca; **outra comissão para fazer a carta ao Presidente da República Lula sobre o RS**, com a seguinte composição: Carlos, Jairo e Cris Bender. Em seguida, o **Sr. Gilberto** informou que a Secretaria-Geral da Presidência da República está organizando a próxima reunião do Fórum Interconselhos, que acontecerá em Brasília, nos dias 11 e 12 de julho de 2024. Para este Conselho, foram destinadas 6 vagas, a serem destinadas aos membros representantes da sociedade civil. Desta forma, precisamos, hoje, definir que serão os nossos representantes nessa reunião. Após momento de cochicho, ficou definido que serão indicados, das entidades de apoio, um representante da Cáritas (titular), um representante da Unitrabalho (Suplente), um representante dos ITCPs (titular) e um representantes da ADS/CUT (suplente), com o aval da Rede de Gestores e do GTA. Também serão indicados pelo Fórum Brasileiro, três representantes de empreendimentos, cujos nomes serão enviados imediatamente. O Conselho aprovou a decisão. O **Sr. Gilberto Carvalho** falou das medidas que já foram adotadas para a realização da Conferência. Disse que o Ministro enviou Ofícios para os Governadores de Estado e repassou as orientações formais para as convocações das etapas intermediárias. Reforço o papel de cada um dos que aqui estão para a articulação com os governos estaduais e municipais para que as conferências sejam convocadas e realizadas. Instados a apresentar um panorama de como o processo das conferências está em cada estado, vários conselheiros falaram e atualizaram o mapa atual das conferências, sendo que uns estão mais adiantados e outros sequer começaram o processo. Em síntese, as principais deliberações desta reunião foram: (1) Prorrogação do prazo para a realização das etapas municipais ou locais da 4ª CONAES, para até setembro de 2024; (2) Revisão do Plano Nacional de Economia Solidária: foram formadas duas comissões: - uma para sistematizar as contribuições deste coletivo, com os seguintes membros: Sandro, Alzira e Bianca; - uma para elaborar uma Carta do CNES ao Presidente Lula sobre a situação do Rio Grande do Sul, com os seguintes membros: Carlos, Jairo e Cris Bender; (3) Para a Reunião do Fórum Interconselhos, nos dias 11 e 12 de julho de 2024, em Brasília, ficou definido que serão indicados, das entidades de apoio, um representante da Cáritas (titular), um representante da Unitrabalho (Suplente), um representante dos ITCPs (titular) e um representantes da ADS/CUT (suplente), com o aval da Rede de Gestores e do GTA. Também serão indicados pelo Fórum Brasileiro, três representantes de empreendimentos, cujos nomes serão enviados imediatamente. O Secretário **Gilberto Carvalho** agradeceu aos presentes e desejou um bom retorno às suas bases e deu por encerrada a reunião ampliada do Conselho Nacional de Economia Solidária. E para que fique devidamente documentado, a presente ata será lavrada e, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, dezesseis de maio de dois mil e vinte e quatro.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária
Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária
Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária

ANEXO I
PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DESSA REUNIÃO

No primeiro dia de reunião, a parte d amanhã foi reservada à solenidade de abertura, acolhimento dos participantes e exposição sobre a conjuntura nacional. À tarde, o plenário foi dividido em 4 grupos, cada um responsável por fazer a leitura de um dos eixos do Plano Nacional de Economia Solidária e propôs sugestões de atualização.
No segundo dia de reunião, a manhã foi dedicada à apresentação dos trabalhos realizados nos 4 grupos:
1: Produção, comercialização e consumo;
2. Financiamento, Crédito e Finanças Solidárias;
3. Educação e Autogestão;
4. Ambiente Institucional.
Após as apresentações, foi aberto um espaço para um diálogo com representantes da economia solidária do Rio Grande do Sul, que falaram sobre o retrato da tragédia vivida por eles. Falaram o Sr. José Carlos (Zeca), Coordenador do Projeto Esperança; a Sra. Christiane Miranda, Representante da Associação Fragete, a Sra. Maribel Calfo, do Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária, e o Sr. Sérgio, do Instituto Federal. Todos falaram das ações que estão sendo feitas para mitigar os efeitos da devastação.
Ainda na manhã do segundo dia, Gilberto Carvalho propôs que o conselho escrevesse uma carta diretamente ao presidente Lula, recomendando um projeto apresentado pelo Ministério do Trabalho que, na reunião Ministerial fora rejeitado, mas que vale a pena insistir.
A tarde do segundo dia foi dedicado à atuação dos conselheiros e dos convidados na Câmara dos Deputados e participação da Audiência Pública sobre o projeto de lei de moedas sociais.
A manhã do terceiro dia foi reservada para o diálogo com representantes dos Ministérios que possuem ações transversais de economia solidária.
Desta manhã de diálogos, ficou a proposta de criação de um Comitê Interministerial para otimizar a execução a política de economia solidária.
Na parte da tarde do terceiro dia, a reunião ficou restrita aos membros do Conselho e foi dedicada às principais deliberação. Após informes sobre o processo da 4ª CONAES, o plenário decidiu **prorrogar o prazo para a realização das etapas municipais para setembro de 2024.** Foram formadas **as comissões: para sistematização do texto do Plano Nacional de Economia Solidária, a partir de sugestões feitas nesta reunião, composta por: Sandro, Alzira e Bianca**. Foi formada outra **comissão para elaborar a carta ao Presidente da República Lula sobre o RS, com a seguinte composição: Carlos, Jairo e Cris Bender**.
Para a **Reunião do Fórum Interconselhos, nos dias 11 e 12 de julho de 2024, em Brasília**, ficou definido que serão indicados, das entidades de apoio, um representante da Cáritas (titular), um representante da Unitrabalho (Suplente), um representante dos ITCPs (titular) e um representantes da ADS/CUT (suplente), com o aval da Rede de Gestores e do GTA. Também serão indicados pelo Fórum Brasileiro, três representantes de empreendimentos, cujos nomes serão enviados imediatamente.

ANEXO II
Palestra do Professor Márcio Pochmann

Após cumprimentar a todos e agradecer o convite para estar nesta reunião, o Professor Márcio Pochmann falou sobre a conjuntura brasileira, nesses termos: "Meu papel, aqui, será o de trazer elementos que nos animem a refletir e, ao mesmo tempo, contribuir para, justamente neste encontro, desse Conselho, num momento em que se estabelece, na verdade, uma retomada de um espaço que já havia avançado e foi constrangido nos últimos anos. Não somente o espaço da economia solidária, como sabemos, mas também outras políticas públicas, que os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores haviam estabelecido foram constrangidos. Então proponho apresentar elementos de reflexão fora da caixa tradicional, elementos que nos ajudem a pensar na temática da economia solidária como uma alternativa ao capitalismo. Para tanto, como um ponto de partida, vamos analisar as possibilidades da economia solidária, a partir da emergência de um novo sujeito social perturbador da ordem à qual estamos submetidos. Então, olhando para esses 200 anos, desde a independência política do Brasil até hoje, observamos que, na verdade, nossa história sofreu inflexões, justamente quando surgiu um novo sujeito social, um novo sujeito social que se apresentou como perturbador da ordem, da ordem então estabelecida. E, no meu modo de ver, esses 200 anos podem ser analisados em três diferentes momentos. Momentos que, de certa forma, implementaram uma reflexão na trajetória do país. Então, eu vou falar, obviamente, desse terceiro que é o que eu penso que nós estamos vivendo, nesse primeiro quarto do século 21, que é, na verdade, a meu modo de ver, uma mudança de época. E essa mudança de época implica, de certa maneira, nós reformularmos as ideias pelas quais nós compreendemos a realidade. Então, vou fazer, aqui, um recorrido histórico. Não vou cansá-los, mas apenas buscar no passado algo que nos ajude, de certa maneira, a compreender o nosso presente. E faço isso mencionando, justamente, um primeiro elemento, que é o sujeito perturbador da ordem. Isso vai se dar, basicamente, a partir da segunda metade do século 19, a partir, basicamente, de 1850, quando o Segundo Império está se reconstituindo. O Segundo Império começa em 1840, como sabemos, e vai até 1889. Mas o que que tem de elemento perturbador da ordem nesse momento histórico? A ordem que havia no Brasil estava basicamente estabelecida pela possibilidade de haver, de um lado, os proprietários de terra e escravos e, de outro lado, os escravos. Esta era a ordem da sociedade que ali estava estabelecida. Mas há um elemento perturbador desta ordem, que não se encaixa. Ele não é proprietário de terra, nem, muito menos, é escravo. Os historiadores, chamam a atenção para esse elemento perturbador, que foi justamente a emergência de homens e mulheres livres, não escravos. O primeiro censo realizado no Brasil é de 1872, mas há levantamentos, feitos em algumas cidades no país, que mostram que 1850, por exemplo, nós tínhamos cerca de dois milhões e meio de brasileiros, residentes aqui no país, que eram livres. Eles não eram escravos. E nós tínhamos cerca de dois milhões de escravos no país. E diga-se que esses números são estimados. Então é preciso sempre olhar com cuidado. Mas, o fato é que em 1872, aí já o censo demográfico feito pela Instituição Mundial de Estatística, primeiro censo sobre o Império Brasileiro, já mostra que, na verdade, ao invés dos dois milhões de escravos que se havia estimado em 1850, caiu para um milhão e quinhentos mil escravos. 15% da população brasileira era constituída de escravos, segundo esse censo. Todavia, pelo próprio censo, dá para perceber que, ao invés de dois milhões e quinhentos dos homens e mulheres livres que havia em 1950, já chegaram a 4 milhões, o que significa dizer que 40% da população brasileira já se encaixava nessa condição de homens e mulheres livres. Eles não eram escravos, não se encaixavam na condição de escravos, e também não se encaixavam na condição de proprietários de terras, porque desde 1850, quando é instalada a condição de terras no Brasil, que estabelece a propriedade privada como sendo uma das bases da organização do capitalismo, e, ao mesmo tempo, a lei que define o fim do

tráfico negreiro, ou seja, não tem mais escravos sendo importados, há uma trajetória de queda do número de escravos em relação à população total, e essa queda é muito mais rápida a partir da campanha abolicionista, que é um grande marco deste elemento perturbador que se constitui ali na segunda metade do século passado, a luta em torno da abolição da escravatura. Evaristo de Moraes tem um livro fantástico que conta a campanha abolicionista. Assim como ele é a principal referência do Brasil no direito operário, um livro escrito em 1905, que é a base para se pensar o direito ao trabalho e do trabalho no país. Pouco conhecido, mas enfim, um livro fantástico, e que vai mostrar justamente que a luta em torno da abolição da escravatura é feita, em alguma medida, muito mais pelos homens e mulheres livres do que os próprios escravos, que estavam dispersos nas diferentes fazendas do país, sem conhecer a luta daquela época. Portanto, é uma campanha, que não é uma campanha apenas feita no parlamento. Mas aí Joaquim Nabuco tem um livro fantástico que conta como é a campanha da abolição é feita nos gabinetes, no parlamento, num parlamento dominado fundamentalmente por proprietários rurais e escravistas. Joaquim Nabuco faz o primeiro discurso em favor da abolição em 1871. Ele quase apanhou, porque os seus pares eram todos favoráveis à escravidão. Então o que eu quero chamar a atenção é que esse elemento perturbador, que é na verdade, uma parte crescente dos brasileiros, que não se encaixam como proprietários de terras e escravos e tampouco de escravos, eles na verdade, estão criando um elemento crescente que perturba a ordem, a ordem escravista. E esta ordem, na verdade, não dá conta desse segmento que vai sobreviver de formas possíveis naquela época, que é basicamente uma espécie de economia de subsistência. O Brasil é um país extremamente agrário, nós temos, inclusive, o ato heróico dos negros que fogem e formam comunidades que tentam viver na margem desta alternativa, que é estabelecida pela visão de que o escravismo poderia continuar no Brasil, segundo Dom Pedro II, até por volta de 1910, que seria justamente aquele momento em que nós não teríamos mais escravos aqui. Quanto um fato que ocorreu em 1850, junto com aquelas duas leis que viram para fim do tráfico negreiro de um lado, de outro lado, a aprovação da propriedade privada através da lei de terras, e ao mesmo tempo a aprovação do primeiro código comercial que define as regras de trocas mercantis pela existência do poder judiciário, inclusive que vai normatizar isso, também havia uma quarta lei que era para a instauração do censo demográfico em 1852. Ocorre que esse censo demográfico termina não sendo realizado porque se difunde uma fake News nos dias de hoje, que foi justamente uma notícia que foi usada que o censo demográfico a ser feito em 1852 revelaria a quantidade de brasileiros livres, porém não brancos, que passariam a ser realizados, tendo em vista que o fim do tráfico negreiro coloca limites à oferta de escravos do país. Então essa notícia levou uma série de rebeldias, especialmente no norte do país, que é onde concentrava a maior quantidade de escravos, e praticamente isso não foi realizado, foi só realizado 20 anos depois. Então esse é um elemento perturbador, a meu modo de ver, que vai culminar num movimento importante, que resulta justamente na campanha abolicionista, que tinha um programa, que não era basicamente a libertação dos escravos, como foi a lei Áurea, uma legislação de dois parágrafos apenas, a proposta abolicionista era na verdade uma proposta de distribuição de terras, era uma proposta que apoiava, uma parte pelo menos apoiava a instalação da república e a universalização dessa educação. Havia ali um projeto em disputa, mas que, como sabemos, a correlação de forças não foi favorável e, portanto, significou a libertação dos 700 mil escravos estimados, em 1872 havia cerca de 1,5 milhão, que é mais ou menos alguma coisa em torno de 15% da total da população, em 1888, estimativa que havia 5, 6% da população na condição de escravidão. Havia, pela força da luta abolicionista, uma redução já do número de escravos. Mas, enfim, o que é importante dizer então, que a gente encerra o período do trabalho forçado e ingressa numa outra fase, que é a própria fase que vivemos até hoje, marcada pelo capitalismo, pelo mercado de trabalho, pela construção do emprego assalariado, etc. Então, essa é uma marca que leva a presença de um elemento perturbador, a ordem escravista, que se integra num movimento de rebeldia, de um movimento de questionamento, que é a campanha da abolicionista, e produz uma passagem para uma

outra sociedade, que talvez não fosse o sonho deles, mas é o que aconteceu, uma ruptura, uma inflexão à trajetória de quase quatro séculos assentada no trabalho escravo. Nós temos um segundo elemento perturbador, inclusive que decorre do que acontece no, digamos, no capitalismo nascente, que é o fato daqueles ex-escravos, sobretudo população miscigenada, aquela população que passa a ser então livre em maior parte, que não encontra acesso no mercado de trabalho, que está em construção, logo a partir de 1890. Ou seja, essa é a lei, então, agora, o trabalho livre. Todavia, os pós-trabalhos, a empregarem os trabalhadores livres, serão justamente aqueles não nascidos no Brasil, mas aqueles vindo do exterior, que é o debate que acontece, sobretudo, no parlamento no Rio de Janeiro, na passagem do império para a República, de que é necessário o Brasil trazer mão de obra estrangeira, sobretudo mas também asiática, menos mão de obra estrangeira, porque se construir uma visão assentada no preconceito e na política de branqueamento, o Censo de 1872 revela que dois terços da população brasileira não é branca. Isso contradiz, inclusive, a visão da elite do império, se a gente pegar em 1835, é fundado no Brasil o Instituto Histórico Geográfico do Brasil, que é a base, digamos assim, da inteligência do império, dos professores, dos pesquisadores, que vão construir uma imagem do Brasil de que o Brasil é um país europeu, um país formado por brancos, um país católico. E o Censo de 1872 revela uma realidade completamente diferente da narrativa oficial. E a narrativa oficial, na verdade, avança por uma perspectiva que é, naturalmente, dizer que está explicado o atraso brasileiro, comparado aos Estados Unidos, que já é um país que está com avançada industrialização, um país que está transitando para uma sociedade urbana industrial. Bom, o atraso brasileiro era entendido pela elite anterior, como atraso meramente temporal, certo? O Brasil não era europeu plenamente porque ele foi, entre aspas, descoberto pelos portugueses. Num tempo muito recente a construção do país impediria, exatamente que ele fosse equivalente às nações europeias, mas que, com o passar do tempo, nós estaríamos condenados ao futuro glorioso, porque o tempo nos levaria naturalmente a uma sociedade superior. Muda a visão do atraso, a partir dos sensos, e está explicado o atraso nosso. Não é só temporal, é que tem aqui classes, segmentos inferiores. Essa visão preconceituosa, capitalista, que se constitui e vai justificar, especialmente do Centro Sul para o Brasil, a atração de mão de obra estrangeira, sobretudo europeia, paga com dinheiro público. Paga com dinheiro público, apesar de ser um Estado mínimo na República, não pode gastar, mas para trazer mão de obra estrangeira e resolver o problema de apartar os miscigenados e os escravos das sugestões de emprego capitalista, tem. E isso vai permitir a Caio Prado Júnior, um importante historiador brasileiro, a chamar atenção de que esse elemento perturbador que fica à margem do capitalismo, ele reconhece como sendo uma massa inorgânica. É uma massa inorgânica ao capital, os trabalhadores orgânicos ao capital, aqueles que têm um emprego tipicamente capitalista, que são somente empregados, se houver uma receita superior ao custo desse trabalhador, estão nos setores dinâmicos do país, que são basicamente setores voltados para a exportação. É o comércio de importação e exportação, está certo? Em algumas atividades urbanas, mas o grande contingente brasileiro está, na verdade, à margem de tudo isso, isso é uma massa inorgânica ao capital, o capital não precisa dessa gente. E esse contingente de brasileiros, que não tem espaço no capitalismo daquela época, vai organizar experiências alternativas ao capitalismo. Tomamos como referência, entre outros autores, Euclides da Cunha, que vai contar ali na virada, do século XIX, a experiência de Canudos. O que é Canudos se não uma espécie de economia solidária? À margem do capitalismo, 25 mil brasileiros, à margem, que organizam seu modo de vida. É a segunda concentração populacional, depois de Salvador. E nós temos outros exemplos à margem do capitalismo, que se dão, por exemplo, pela ideia do jagunço. Todas as lutas que se dão à margem, não do ponto de vista de organização no determinado local, mas a partir de Lampião, por exemplo. Há vários exemplos no Brasil de construção de alternativas ao capitalismo, e que, de certa maneira, conformam aquela perspectiva do fanatismo religioso, que é o que organiza as pessoas em torno do seu modo de vida comum, ou através do banditismo social, como Lampião, e entre outros. O que é? Esse mundo não tem nada a nos

oferecer. De um lado, a igreja, o fanatismo religioso. Tem sim, porque nós temos aqui a vida possível, o sacrifício na terra, mas uma vida possível e melhor. Isso organiza as pessoas que estão à margem de um capitalismo emergente. De outro lado, já que não temos futuro no capitalismo, vamos viver o presente de uma maneira violenta, porque é dessa maneira que eu posso ter alimentação, posso ter alguma condição mínima de vida, já que eu não tenho espaço. É uma massa sobrante de gente sem destino. E o crime, alimenta esse tipo de possibilidade. Bom, diante dessa tensão que vai se criando no final do século XIX, a partir do século XX, nas primeiras décadas, emerge, na verdade, uma visão que é uma visão com base, não apenas, mas é importante destacar, positivista, que vem do Rio Grande do Sul, inclusive, de oferecer, na verdade, uma possibilidade de inclusão no capitalismo, através não do agrarismo tradicional, mas sim de uma sociedade urbana industrial, uma nova sociedade em construção. E essa sociedade urbana e industrial pressupõe agora uma ampliação do trabalho assalariado, já que a massa sobrante que caiu Prado identificou, não tinha espaço naquele capitalismo agrário. Era preciso agora, então, um avanço, uma construção de uma nova sociedade e o trabalho passa a ser o centro desta constituição civilizatória, porque até então o trabalho era uma marcação de penalidade. Só realizava trabalho. O escravo, trabalho forçado. Portanto, o trabalho era desvalorizado. A construção do projeto tenentista, não é? Ou dos modernistas, é a construção de uma sociedade ancorada no trabalho assalariado, um trabalho que tem identidade, pertencimento, a partir dos direitos, constituído através de uma carteira, a carteira do trabalho. Então, o trabalho vai permitir algo que não se imaginava alguém poder fazer sem trabalhar depois de um certo tempo, porque na agricultura, na sociedade agrária, se trabalhava até morrer. Não tinha aposentadoria e pensão. Na sociedade agrária, não tem escola e, portanto, se começa a trabalhar aos cinco, seis anos de idade, cuidando em casa ou já no trabalho fora de casa. Não havia separação entre trabalho do homem, em geral, e o trabalho da mulher, de reprodução, em casa, porque o trabalho era um só, havia uma extensão da casa para fora, na lavoura, na estrebaria, etc. Não havia jornada de trabalho, oito horas por dia, descanso semanal, férias, nada disso. O trabalho na agricultura, na pecuária, o trabalho por todo dia, de segunda a segunda. No final de semana vamos viajar, mas quem vai cuidar da vida dos animais? Quem vai ordenhar a vaca? Vamos tirar férias, mas tem a lavoura. Então, veja, a centralidade do trabalho assalariado, munido de identidade e pertencimento. Pertencimento a uma categoria profissional, de sindicato, que negocia em nome desse coletivo, direitos, que dão identidade. Agora, eu sou trabalhador, pertenço ao sindicato X, Y e Z, tenho os meus direitos. Esta perspectiva, que em 1940, no primeiro censo realizado pelo IBGE, de cada dez trabalhadores, apenas um estava com condições de ter carteira assinada. A luta para implantar a carteira do trabalho, os direitos trabalhistas, é uma luta que se estabelece no Estado Novo, no autoritarismo de 1943, porque, se fosse pela democracia, talvez nós não tivéssemos esses direitos. Houve um obstáculo a isso, teve a revolução de 1930, como sabemos, mas teve 1932, também, e foi uma contra-revolução, um acordo que foi feito em parte pelos paulistas, mas não somente, dizendo o seguinte, Getúlio, você quer fazer essa coisa de modernidade, garantir direitos, férias para os trabalhadores, vai fazer isso lá na cidade. Senão a gente não vai colocar as armas, e é importante se dizer que até 1940 e 1950, o principal exército do Brasil era Polícia Militar de São Paulo. Era a maior polícia, mais armada. Então baixamos as armas, o país segue, mas não vai me colocar direitos sociais trabalhistas no campo. Tanto é que a CLT de 1943 para trabalhadores do campo, que quase não existia. Só a partir de 1963, 20 anos depois, é que vem o Estatuto Trabalhador Rural. Lenta e gradualmente os trabalhadores rurais vão sendo incorporados aos direitos sociais trabalhistas. E tem outra questão: é que, só à margem para dizer, por que a concentração econômica foi em São Paulo? Porque foi uma exigência da aristocracia, da oligarquia, do café. Então é o seguinte, por uma exigência da aristocracia, da oligarquia do café, já que não vai ser mais a agricultura e o café, a indústria que vai ser implantada, reforçada, será em São Paulo. E essa política industrial, é uma política de fechamento do país, é substituição de importação, ao invés dos Estados comprarem de outros países, agora vão comprar de quem produz aqui,

ou seja, de São Paulo. E, portanto, quanto mais o Brasil cresce, mais São Paulo cresce, porque São Paulo produz para o resto do Brasil. Bom, enquanto o Rio de Janeiro tinha cuidado do Brasil todo, São Paulo cuidava dele mesmo, e, por isso, tem estradas, tem universidades... Então, vejam bem, esse é um acordo de 1932, mas São Paulo não tem mais Presidente. Se na República Velha, chegou a ter Presidentes, de 1930 até 1994, não teve nenhum presidente paulista. Alguém vai dizer não, mas o Jânio Quadros foi paulista. Não era paulista, mas tudo bem, ficou só seis meses. Então, esse é o acordo da Federação. Estou indo mais rápido nesse resgate porque esse assunto não é de muito interesse, aqui na nossa questão. Mas eu quero chamar a atenção, para um fato: se a gente pegar o programa do Clube 3 de outubro de 1932, liderado por Oswaldo Aranha, veremos que esse era um projeto, na verdade, de inflexão, de transformação. Não é só expansão urbana industrial, é necessário fazer reformas nesse capitalismo. E qual reforma? Dizia lá, a propriedade da terra é um princípio basilar da sociedade capitalista. Nós vamos respeitar e validar, desde que a propriedade privada cumpra uma função social. Se a propriedade privada não cumprisse função social, não teria porque garantir a propriedade privada. A reforma agrária, dita em outros termos, propriedade privada tem que ter função social. Essa é uma questão colocada nos anos 1930. Em 2024, o Brasil é o segundo país do mundo com maior concentração fundiária, só perde para o Paraguai. Outra medida que está lá na proposta do Clube 3 de outubro, o lucro. Esse também é um elemento basilar na sociedade capitalista. O lucro, para ser validado, ele pressupõe, na realidade, pagar impostos. Se o lucro não paga imposto, não tem justificativa para existir. Uma parte tem que colaborar. Nós estamos, em 2024, lucros, dividendos, do país não pagam impostos. Trabalhadores que conseguem, por exemplo, participação no lucro de resultados, quando conseguem, pagam impostos. Então veja, essa foi a proposta, digamos assim, de acolher essa massa sobrante através do emprego assalariado, com carteira assinada, uma expectativa. Se você entrevistasse, nos anos 70, alguém que estava na economia informal, e perguntasse, mas o que aconteceu? Ouviria: é, eu não estudei, não tive oportunidade de ter um emprego, mas o meu filho está tendo. O meu filho vai virar alguém que tem carteira assinada, tem direitos. A ideia de ascensão e projeção. Vou entrar no terceiro elemento perturbador, o novo sujeito que nós estamos vivendo hoje, que não se enquadra, porque ele não é empregado, ele não é patrão. Ou seja, nós estamos vivendo uma transição entre a centralidade do capital-trabalho para a centralidade do débito e do crédito. Centralidade capital-trabalho, é aquela que tem de um lado os patrões e de outro lado os trabalhadores, os empregados. Esse era o projeto que se constituía a partir dos anos 1930. Sociedade urbana industrial, que vai organizando o país em torno desta configuração de classe. Bom, após 1940, anos de desindustrialização, nós estamos vivendo a ruína da sociedade urbana industrial. O país não tem mais industrialização, ele tem indústria, como tinha antes de 1930, mas as indústrias não são dinâmicas suficientemente para moldar a expansão econômica nacional. Hoje, o país é um país importador, em grande medida, de produtos de maior manufatura, de maior valor agregado. A era digital estabelece uma divisão internacional do trabalho. De um lado, os países que produzem, em geral, exportam bens e serviços digitais, com maior valor agregado, maior conteúdo tecnológico. De outro lado, você tem os países que não produzem bens e serviços digitais, portanto são importadores. O Brasil é o quarto maior consumidor de bens e serviços digitais. Celular que todos têm aí, computador, tudo isso não vem do Brasil. Nós já produzíamos no final dos anos 1970 e 1980 computadores, mas teve alguém que disse que no Brasil só se produz carroça e o legal é importar. O moderno é importar e não produzir internamente. Então o que eu quero chamar a atenção é que esta situação dos últimos 40 anos foi moendo as classes básicas do capitalismo industrial, moendo a classe operária, moendo a burguesia industrial. Nós tínhamos burgueses nos anos 1970 e 1980 que tinham uma visão de Brasil. Quem são os burgueses hoje? De um lado são aqueles comerciantes, os comerciantes que querem comprar barato lá fora para vender caro aqui no Brasil e, por isso, a taxa, o câmbio brasileiro, a moeda brasileira, tem que estar sempre valorizada em relação ao dólar porque quanto mais valorizada é mais barato comprar lá fora do que produzir internamente. E de outro lado

nós temos os burgueses financistas, que venderam os seus negócios, encerraram suas indústrias e funcionam no sistema financeiro. E, portanto, são os amantes da taxa de juros. Não pode cair a taxa de juros porque eles perdem a valorização do seu estoque de riqueza. Então esse é, digamos assim, o domínio, tá certo? Mas eles não são, na realidade, caracterizados por aquela estrutura que dava vinculação à relação capital-trabalho. De outro lado o que nós temos? Digamos assim, a dissolução da antiga classe operária no Brasil e uma crescente expansão dos trabalhos gerais. Trabalhos gerais, o que são os trabalhos gerais? São as estratégias de sobrevivência. Nos anos 1980 nós tínhamos cerca de dois terços do total dos ocupados no Brasil, que estavam em empregos tipicamente capitalistas. Eram empregos que só existiam porque havia lucro, porque na verdade é essa a dinâmica do emprego capitalista. Só vai haver contratação se houver atividade superior ao custo de contratação. É óbvio, se não for assim, não funciona a empresa, ela vai quebrar, mesmo que seja uma filantropia. Então nós tínhamos dois terços do total dos postos ocupados, que eram em trabalhos, em atividades tipicamente capitalistas. Hoje, em 2024, nós temos apenas 49% do total dos ocupados em atividades tipicamente capitalistas. 49% e nós temos 40% do total dos ocupados brasileiros são em atividades de subsistência ou na chamada economia popular, que entra basicamente na economia solidária. 40% dos ocupados, certo? É uma massa gigantesca. É uma massa sobrante que está tentando sobreviver fazendo um negócio. E esse, qualquer negócio, é de certa maneira, a centralidade crescente da relação débito e crédito. Todo mundo, de maneira geral, sabe quanto custa viver, quanto vai pagar de aluguel, quanto vai pagar de alimentação, de transporte, de saúde. Mais ou menos cada um tem uma ideia de quanto custa viver, ele ou a sua família. E diante deste custo, ele vai atrás de crédito, várias formas. Ele pode trabalhar no Uber durante um determinado período, trabalhar à noite, como segurança, final de semana trabalhar como vendedor de produtos e embelezamentos. Ele faz, na verdade, uma diversidade de trabalhos gerais. Você perguntava, há 30 anos atrás, o que você é? A resposta era, eu trabalho numa fábrica. Fábrica de que? Metalúrgica. Então você é metalúrgico, você tem um sindicato, você pertence a uma categoria. Hoje eu te pergunto, o que você faz? Olha, eu trabalho, na Uber, de noite sou segurança, final de semana trabalho com a minha esposa. Mas, o que você é? Qualquer coisa. Eu posso trabalhar como passador de cachorro, piscineiro, cortador de grama, segurança, qualquer coisa. E são jornadas de 40, 50, 70 ou mais horas de trabalho, porque ele está em busca de um crédito para dar conta do seu débito de viver. Então essa é uma outra relação que não é mais a tradicional capital-trabalho. Estou vendo os companheiros do sindicato dos metalúrgicos lá em Campinas, numa reunião, a gente foi lá conversar com os trabalhadores. Os metalúrgicos que estavam lá, já estavas se transformando, por exemplo, em trabalhador de Uber. Ou seja, vai descaracterizando a ideia da identidade e do pertencimento. Se eu não tenho ideia, se eu não tenho pertencimento, se eu não tenho identidade, eu vou procurar, porque eu preciso ter uma identidade, eu preciso fazer parte de algum grupo social. E quais são os grupos sociais que emergiram no Brasil cada vez com mais força? Agora são as igrejas. É lá, nas igrejas que as pessoas se encontram, moram, se identificam como grupo social. O sindicato, nós temos em várias cidades, mas o sindicato em geral está no centro. E para ir à Assembleia tem que pegar um ônibus, tirar do bolso para pagar passagens, se é final de semana, inclusive tem que cuidar dos meus filhos. Eu pergunto, lá no sindicato, na Assembleia, tem lugar para colocar meus filhos? Porque não tem com quem deixar. Que isso, companheiro? Na igreja tem. A igreja é um espaço de sociabilidade. Imagina uma mulher, mas pode ser um homem, levanta 4, 5 horas da manhã, pegar um ônibus, andar 2 horas, chegar num local de trabalho horrível, detesta todo mundo, mas não tem outra nativa. Depois volta, 8 horas depois, chega 7, 8 horas em casa, e eu pergunto com quem ela vai conversar sobre seus desejos, seus desafios, seus sonhos? Vai no sindicato? Vai aonde? Tá certo? Não, porque o dirigente sindical está preparado, e é natural, para responder aos conflitos do trabalho. Eu chego lá, o que aconteceu, Márcio? Fui demitido. Demitido? Se foi demitido, é porque os patrões, só visam o lucro, não sabem atender melhor, ou é por conta do governo. O dirigente sindical sabe explicar o problema do desemprego, mas não tem uma

palavra de esperança, não tem nada a oferecer. Bom, você perdeu um emprego, você está precisando de uma cesta básica, você está precisando de um financiamento, você está precisando de uma qualificação. Aqui no sindicato, nós temos uma procura ativa por trabalho. Se nós acharmos teu trabalho, você precisa vir aqui, conversar conosco. Não, companheiro, estamos juntos. Ah, se você, tem problemas com a rescisão, vem aqui, o sindicato, o advogado ajuda com isso. Agora, te cuide, porque aqui no sindicato, é um sindicato trabalhador ativo. Se você continuar sem emprego, você vai ficar fora da categoria. Aí eu vou no pastor, quem é o senhor? Eu, Márcio, perdi um emprego. O que aconteceu? Perdi um emprego, Márcio? Primeiro, nas assembleias, o pastor chama por nome cada um, ele conhece cada um por nome. Então, Márcio, você veio no lugar certo. Aqui, nessa assembleia, nós vamos resolver o seu problema. E vou dizer mais. A Dona Maria que está lá, a Dona Maria chegou na semana passada na mesma situação que o senhor. Tinha sido demitida, mas aqui, nós temos um trabalho de procura ativa, o seu Paulo, que trabalha nos mercados, ficou sabendo que tinha uma vaga, falou pra mim, pastor, e agora a Dona Maria está trabalhando. Aleluia! É óbvio que a igreja não vai resolver o problema do emprego, mas ela tem esperança, acolhimento, certo? O que você precisa? É óbvio que depois tem essas implicações disso. Não é um mérito, mas estou querendo dizer que esse é um espaço que se reproduz como no passado. Se você não está vendo o futuro, aqui na igreja nós temos. Então, eu sou, agora o Márcio da igreja X, do pastor Y. Eu tenho pertencimento, eu tenho identidade. Ou, o caso mais extremo, se eu não vejo muita perspectiva, bom, eu vou pegar o atalho. O atalho é como eu posso participar da sociedade do consumo através de medidas ilegais, que é o crime organizado, que é a grande estratégia de absorção de jovens, sobretudo, com resultados efetivos e com estratégias de preparação, inclusive, porque, como você sabe, o crime organizado financia jovens que entram nas universidades, especialmente de direito. Uma vez formado, financiam a ascensão para o curso da prova da OAB, financiam para entrar no concurso público. Bom, também, porque são estratégias. Então, veja, o que nós estamos querendo aqui destacar, nós estamos vivendo uma tendência de época. O capitalismo não tem mais o que oferecer para todo mundo, se é que teve algum dia. O capitalismo não tem resposta, não vai vir emprego do capitalismo. Vamos dizer isso claramente. E questionar por que que grande parte das políticas públicas são feitas para o setor capitalista? Por que que tem banco público para o setor capitalista? Por que que não tem para o outro, que tem 40% da ocupação? A economia solidária não vai avançar com o real liderado pelo Banco Central. Por isso que tem experiências concretas de crédito, moeda social, bancos comunitários. É outro caminho. Não adianta a gente querer reformar o capitalismo, porque ele sempre tem o seu caminho. O nosso, significa políticas públicas claras em relação a isso. Não estamos lutando contra o capitalismo, o capitalismo não tem mais nada a oferecer para nós. Não vamos nos iludir. E o que que tem acontecido de maneira geral é que a estratégia que foi sendo construída, desde o ciclo populacional da república, desde a construção de 1988, foi uma estratégia de gestão da barbárie, que esse capitalismo produz. Ele produz uma massa de sobrantes, ele joga fora isso, desculpe a expressão! É óleo queimado. E o que nós fizemos de maneira geral foi tentar dar uma gestão social a essa barbárie. Em 1985 nós tínhamos 2,7% da população que vivia do orçamento público, era o que havia, a aposentadoria, pensões, os programas, eram poucas coisas que tinham. Todavia hoje, nós temos 40% das vezes, de gente vivendo do orçamento público. Essa é a perspectiva para as pessoas passivas, porque os rebeldes, os que fazem a política de gestão da barbárie, pela violência, pelo aprisionamento em massa, é outra história. Em 1990 nós tínhamos 90 mil presos, hoje nós estamos possivelmente com mais de 900 mil. A terceira maior população carcerária do mundo está no Brasil. E quem são os presos? Se não os pobres? Então o rebelde vai preso, quando não morto. Somos um país que tem entre 50 e 60 mil assassinatos por ano, 13% total de assassinatos do mundo. Se não é uma guerra civil, o que que é isso? Então veja, nessa situação há um certo esgotamento, se nós não oferecemos um outro horizonte, se estamos convencidos de que o capitalismo não tem nada a nos oferecer, o que que podemos fazer para nos oferecer de disputa para o futuro? Porque o futuro é fundamental. Nós

todos aqui viemos de uma trajetória que acredito que amanhã será melhor do que hoje, senão a gente não estaria aqui. A gente, se é para constatar que amanhã vai ser pior que hoje, nem viríamos aqui. Então o que nos anima é a esperança, é a vontade transformadora, é a crença de que pode de fato amanhã ser melhor, mas nós precisamos de uma teoria, então tem um projeto de disputa. Porque não é possível nós continuarmos acreditando que o Brasil vive o mesmo período histórico, e que, portanto, basta repetir o passado que vai dar certo. É outro período de história. O preço nos põe na realidade. Está certo, uma perspectiva diferente, uma disputa de futuro, que é algo que nos animaria em colocar a economia solidária como o horizonte possível, palpável, a partir, não apenas da vontade de uma massa que está sobrante e que não encontra no capitalismo a sua oportunidade, mas ao mesmo tempo, esta vontade com elementos estruturadores, certo, com um banco central da economia solidária, com moeda, com financiamento, com crédito social. Tudo isso existe já. Não estamos aqui inventando a roda. A questão é como, na verdade, transformar isso em política geral de massa, considerando os biomas, que é outro elemento fundamental, não é tudo a mesma coisa, são realidades distintas. Veja, isso está nas nossas mãos, não há nada que nos impeça de avançar nesse sentido, que não seja o medo, o medo de ousar, o medo de fazer diferente, o medo de ser criticado. Então fazer a mesma coisinha que ninguém critica, não, porque vamos olhar no nosso passado, os brasileiros que vieram antes de nós, tiveram uma situação muito mais difícil que nós temos hoje. Imagina a campanha abolicionista com milhares de brasileiros praticamente presos em fazenda. Não tinha Youtube, e eles fizeram, a duras penas. Então nós temos facilidades nesse sentido. Não estou dizendo que é simples, mas o meu papel é, também, chamar a atenção de que isso está nas nossas mãos, e eu entendo que, um evento como esse, que trouxe tanta gente importante, com experiências concretas, nos anima a fazer diferente. Muito obrigado!”